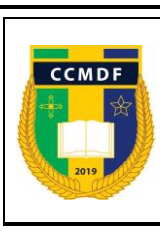




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO
COLÉGIO CÍVICO-MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
CENTRO EDUCACIONAL 03 DE SOBRADINHO



PROPOSTA PEDAGÓGICA

SOBRADINHO– DF

Março/2020

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	05
2.	HISTORICIDADE DA ESCOLA.....	05
2.1	ORIGEM E CONTEXTO HISTÓRICO DO CCMDF CED 03 DE SOBRADINHO.....	05
2.2	ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA.....	06
2.3	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	07
3.	DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR.....	08
4.	FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	12
5.	PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	13
6.	MISSÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.....	16
7.	CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	17
8.	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.....	19
8.1	MODALIDADES DE ENSINO.....	21
8.1.1	ENSINO FUNDAMENTAL.....	22
8.1.2	ENSINO MÉDIO.....	25
8.1.3	EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	26
9.	ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO.....	27
9.1	AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA.....	28
9.2	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PARA AS APRENDIZAGENS.....	28
9.3	CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO.....	30
10.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA.....	31
10.1	MATRIZ CURRICULAR DO ENS FUND. 9 ANOS-ANOS FINAIS	32
10.2	MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO.....	33
10.3	MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O CURRÍCULO FUNCIONAL.....	35

11.	PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	38
11.1	GESTÃO PEDAGÓGICA.....	38
11.2	GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS.....	39
11.3	GESTÃO PARTICIPATIVA.....	40
11.3.1	GRÊMIO ESTUDANTIL.....	41
11.3.2	CONSELHO ESCOLAR.....	41
11.3.3	ASSOCIAÇÃO DE ALUNOS, PAIS E MESTRES-APAM	41
11.4	GESTÃO DE PESSOAS.....	42
11.5	GESTÃO FINANCEIRA.....	45
11.6	GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	45
12.	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	47
13.	PROJETOS ESPECÍFICOS INDIVIDUAIS OU INTERDISCIPLINARES....	48
13.1	PROGRAMAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	48
13.1.1	OLIMPÍADAS DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	48
13.1.2	OLIMPÍADAS DE MATEMÁTICA.....	48
13.1.3	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA.....	49
13.1.4	OLIMPÍADA DE FÍSICA.....	49
13.2	PROJETOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS PELA INSTITUIÇÃO.....	49
13.2.1	PROJETO SOCIALIZA-AÇÃO: GINCANA CULTURAL..	49
13.2.2	PROJETO SE TOCA, SE PINTA!.....	52
13.2.3	PROJETO INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE IDIOMAS.....	54
13.2.4	IMERSÃO NAS OBRAS DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO SERIADA – PAS.....	55
14.	APÊNDICES	57
14.1	A – PLANO DE AÇÃO GESTÃO 2020/2021.....	57

14.2	B – PLANO DE AÇÃO ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NÍVEL LOCAL – 2020.....	62
14.3	C – PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	69
14.4	D – PORTARIA CONJUNTA Nº 01/2019 – SEDF/SESPDF.....	73
14.5	PORTARIA CONJUNTA Nº 09/2019 – SEDF/SESPDF.....	77
15.	REFERÊNCIAS.....	84

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Colégio Cívico Militar Centro Educacional 03 de Sobradinho foi elaborado contando com a participação dos segmentos que compõem a Comunidade Escolar desta Instituição representados pela Direção Pedagógica, Conselho Escolar, Professores, Coordenadores, Orientadores Pedagógicos, Supervisores, Auxiliares de Educação, Equipe da Biblioteca, Secretaria Escolar e Estudantes no intuito de buscar uma escola humana e transformadora.

Este PP é dinâmico e embora tenha sido elaborado para o biênio (2020 - 2021) poderá ser aprimorado sempre que haja necessidade, para continuar correspondendo à credibilidade que possui junto à Comunidade Escolar, Coordenação Regional de Ensino e Secretaria de Educação, bem como atendendo ao suprimento das demandas que surjam ao longo do referido período surgidas ao longo do referido período, bem como nos subsequentes.

O PP é composto por diversos projetos desenvolvidos no âmbito escolar. Dentre eles destacam-se: Projeto de Leitura e Produção Textual, Projeto Musical, de Iniciação Científica, e relacionados às olimpíadas de Matemática, Língua Portuguesa e de Física.

Os Projetos acima mencionados dão uma dinâmica diferenciada ao ambiente escolar, primando pelas relações sociais e afetivas enquanto condição de possibilidade de produção de uma educação de qualidade a partir de processos de ensino aprendizagem que atendem aos interesses e necessidades da Comunidade Escolar e do espaço territorial no qual se encontra inserida a Escola.

2. HISTORICIDADE DA ESCOLA

2.1 ORIGEM E CONTEXTO HISTÓRICO DO CCMD - CED 03 DE SOBRADINHO

O Centro Educacional 03 de Sobradinho, situado a quadra 05, área especial 05, desta Região Administrativa, foi inaugurado em 22 de março de 1973, com o nome de Centro de Ensino 02 de Sobradinho, para atender crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª series). A partir de 1988, sua denominação foi alterada

para Centro de Ensino de 1º Grau nº 2 de Sobradinho, ampliando seu atendimento para crianças e adolescentes da educação básica de 1ª a 8ª séries.

Em 19 de abril de 1996, foi transformado em Centro Educacional 03 de Sobradinho, oferecendo as modalidades de ensino médio profissionalizante e ensino fundamental de 1ª a 8ª séries. Com o aumento da demanda escolar houve uma ampliação das instalações físicas, tendo sido reformada e ampliada em janeiro de 1998.

Em 2019, de acordo com a Portaria Conjunta nº01, de 31 de janeiro de 2019, do Governo do Distrito Federal (**Apêndice D**), publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF Nº 23, de 1 de fevereiro de 2019, foi implementado o Projeto Piloto Escola de Gestão Compartilhada, transforma o Centro Educacional 03 de Sobradinho em Colégio da Polícia Militar do Distrito Federal - CPMDF CED 03 de Sobradinho).

O Projeto Piloto da Escola de Gestão Compartilhada se dá através da participação da Secretaria de Estado de Segurança Pública, por intermédio da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, na Gestão Administrativa e Disciplinar da Unidade de Ensino, enquanto a Secretaria de Estado de Educação mantém a Gestão Pedagógica.

Posteriormente foi editada a Portaria Conjunta SSPDF/SEEDF Nº 09, de 12 de setembro de 2019, publicada no DODF Nº 207, de 30 de outubro de 2019 (**Apêndice D**), que dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, transformando o Colégio da Polícia Militar do Distrito Federal – CPMDF CED 03 de Sobradinho em Colégio Cívico-Militar do Distrito Federal – CCMDF CED 03 de Sobradinho. (Art. 8º, §1º e 2º, Portaria Conjunta 09/2019).

2.2 ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA

Atualmente, a Escola atende cerca de 1.700 estudantes nas seguintes modalidades: Ensino Especial; Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O CCMDF - Centro Educacional 03 conta com vinte e cinco (25) Salas de Aula, duas (2) Salas para Projeção, Biblioteca, com acervo de aproximadamente sete mil livros (7000) livros, dois (2) Sanitários Masculinos e dois (2) Femininos, Secretaria, Mecanografia, Salas destinadas a utilização por parte: da Coordenação Pedagógica, da Turma de Ensino Especial, da Supervisão Administrativa, da Supervisão

Pedagógica, da Equipe Gestora Disciplinar, da Direção Pedagógica, dos Professores, uma (1) pequena Copa, dois (2) Sanitários para Professores (MASC/FEM), uma (1) Sala para Orientação Educacional, uma (1) Sala para o Atendimento Especializado, dois (2) Sanitários para os Servidores da Carreira Assistência à Educação - CAE, um (1) Sanitário adaptado para Estudantes com Necessidades Especiais - ANEE; um (1) Refeitório, uma (1) Cozinha, um (1) Depósito para acondicionamento da merenda escolar e três (3) Quadras Poliesportivas para a prática de Educação Física, sendo que somente uma se encontra coberta. Dispomos de um Pátio coberto onde inúmeras apresentações culturais são realizadas pelos Estudantes, mas ainda carecemos de um Auditório.

2.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Coordenação Regional de Ensino Sobradinho

Nome: Colégio Cívico-Militar do Distrito Federal

Centro Educacional 3 de Sobradinho

Endereço: Quadra 05, Área Especial nº 5 CEP: 73.031-574 Sobradinho/DF

Telefones: 3901-3780 e 3387-5146

E-mail: ced3.sobradinhodf@gmail.com

Equipe Gestora Pedagógica:

Diretor: Prof^o Geraldo Ramos Calado

Vice-Diretora: Prof^a Renata Luci de Campos

Chefe de Secretaria: Téc. GE Ap. Adm. Irenilda Soares Aguiar

Supervisoras Pedagógicas: Prof^a Eliane Elisa Silva

Prof^a Edenir José dos Santos

Supervisor Administrativo: Téc. GE Ap. Adm. Tarcísio Mota Rodrigues

Coordenadores: Prof^a Andréia Martins da Silva

Prof^a Andréia Paiva Salazar de Souza

Prof^o Damião de Almeida Juvito

Prof^o Eraldo Jair Gonçalves Dias

Equipe Gestora Disciplinar: Major QOPM Gislando Alves da Costa

1^o Ten QOPM Marcos Richard Condi

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

O Colégio Cívico-Militar Centro Educacional 03 atualmente atende um número significativo de estudantes oriundos não apenas das quadras residenciais próximas à escola, mas também de diversas localidades como Sobradinho 2, condomínios, área rural (Fercal, Queima Lençol, Rua do Mato, etc.) definindo a diversidade de nossa Comunidade Escolar. Foi realizado um Questionário Socioeconômico cujos indicadores norteiam o presente planejamento:

Resultado do Questionário Socioeconômico

Ensino Fundamental		Ensino Médio	
Sexo	Tipo de moradia	Sexo	Tipo de moradia
FEM: 55,56% MASC: 44,44%	Alugada: (11,11%) Própria: (72,22%) Outros: (0,00%) Cedida: (11,11%) Favor: (5,56%)	FEM: (50,64%) MASC: (49,36%)	Alugada: (25,74%) Própria: (68,30%) Cedida: (0,85%) Favor: (0,21%) Herança: (0,21%) Outros: (1,70%) Amigo: (0,21%) Avó: (0,85) Avô: (0,21%) Tia: (0,21%) Não opinou: (1,49%)
Cor declarada	Local de moradia	Cor declarada	Local de moradia
Branco – (16,67%) Pardo – (50,00%) Preto – (22,22%) Amarelo – (11,11%) Indígena – (0,00%)	DNOCS – (1,00%) Fercal – (1,00%) Grande Colorado – (21,22%) Nova Colina – (1,00%) Setor de Mansões – (21,22%) Sobradinho I – (21,22%) Sobradinho II – (33,33%)	Branco – (19,15%) Pardo – (52,77%) Preto – (19,79%) Amarelo – (4,26%) Indígena – (2,34%) Não opinou – (1,70%)	Águas Claras – (0,21%) Condomínio Alto da Boa Vista – (0,43%) Condomínio Estância Vila Rica – (0,21%) Condomínio Império dos Nobres – (0,64%) Condomínio RK – (0,21%) Contagem – (0,43%) DNOCS – (1,49%)

			<p>Fercal – (1,28%) Grande Colorado – (12,13%) Lago Norte – (0,21%) Morada dos Nobres – (0,21%) Nova Colina – (3,19%) Nova Petrópolis – (0,21%) Paranoá – (0,43%) Pipiripau – (0,21%) Planaltina – (0,64%) Região dos Lagos – (0,21%) Rota do Cavalo – (0,21%) Setor de Mansões – (19,36%) Sobradinho I – (34,89%) Sobradinho II – (22,13%) Sobradinho III – (0,64%) Taquari – (0,21%) Vila do Bode – (0,21%) Vila Rabelo – (0,85%) Não opinou – (0,21%)</p>
Reside com:	Nº de pessoas que contribuem com a renda da casa	Reside com:	Nº de pessoas que contribuem com a renda da casa
Pai e Mãe – (38,89%) Pai – (5,56%) Mãe – (27,78%) Avó e/ou Avô – (5,56%) Outros – 0 (0,00%) Tia e/ou Tio – (5,56%) Não opinou – (5,56%)	01 pessoas – (55,56%) 02 pessoas – (33,33%) Mais de 02 pessoas – (11,11%)	Pais – (92,55%) Avós – (3,62%) Irmã – (0,21%) Padrinhos – (0,21%) Tios – (0,64%) Não opinou – 8 (1,70%)	01 pessoas – (24,26%) 02 pessoas – (50,21%) Mais de 02 pessoas – (24,47%) Não opinou – (1,06%)
Faixa etária da mãe	Grau de escolaridade da mãe	Faixa etária da mãe	Grau de escolaridade da mãe
De 18 a 25 anos – (0,43%) De 26 a 35 anos – (20,43%)	Nunca estudou ou não completou o 5º ano – (11,11%)	De 18 a 25 anos – (0,00%) De 26 a 35 anos – (44,44%)	Nunca estudou ou não completou o 5º ano – (3,40%)

Mais de 35 anos – (78,30%) Não opinou – (0,85%)	Completo o 5º ano, mas não completou o 9º ano – (11,11%) Completo o 9º ano, mas não completou o Ensino Médio – (0,00%) Completo o Ensino Médio – (33,33%) Completo o Ensino Superior – (27,78%) Não opinou – (16,67%)	Mais de 35 anos – (44,44%) Não opinou – (11,11%)	Completo o 5º ano, mas não completou o 9º ano – (10,64%) Completo o 9º ano, mas não completou o Ensino Médio – (17,02%) Completo o Ensino Médio – (42,98%) Completo o Ensino Superior – (22,77%) Não opinou – (3,19%)
Faixa etária do pai	Grau de escolaridade do pai	Faixa etária do pai	Grau de escolaridade do pai
De 18 a 25 anos – (0,00%) De 26 a 35 anos – (11,11%) Mais de 35 anos – (61,11%) Não opinou – (27,78%)	Nunca estudou ou não completou o 5º ano – (16,67%) Completo o 5º ano, mas não completou o 9º ano – (16,67%) Completo o 9º ano, mas não completou o Ensino Médio – (5,56%) Completo o Ensino Médio – 3 (16,67%) Completo o Ensino Superior – (44,44%) Não opinou – (44,44%)	De 18 a 25 anos – (0,00%) De 26 a 35 anos – (6,60%) Mais de 35 anos – (87,02%) Não opinou – (6,38%)	Nunca estudou ou não completou o 5º ano – (5,32%) Completo o 5º ano, mas não completou o 9º ano – (13,19%) Completo o 9º ano, mas não completou o Ensino Médio – (16,81%) Completo o Ensino Médio – (38,09%) Completo o Ensino Superior – (18,94%) Não opinou – 36 (7,66%)
Propósito da escola	Pretensão pós ensino médio	Propósito da escola	Pretensão pós ensino médio
Preparar para o PAS/ENEM – (77,78%) Preparar para o mercado de trabalho – (66,67%) Outros – 0 (0,00%) Preparar para vida – (5,56%)	Somente continuar estudando – (0,00%) Somente trabalhar – (0,00%) Continuar estudando e trabalhar – 18 (100,00%) Ainda não sei – (0,00%)	Preparar para o PAS/ENEM – (81,49%) Preparar para o mercado de trabalho – (33,83%) Outros – (1,49%) Aprender – (0,21%) Educação – (0,21%) Liberdade – (0,21%) Preparar para vida – (1,49%)	Somente continuar estudando – (10,64%) Somente trabalhar – (1,28%) Continuar estudando e trabalhar – (79,79%) Ainda não sei – (8,09%) Não opinou – (0,21%)

A Escola está situada em uma região de grande vulnerabilidade social com ocorrência de assaltos e agressões nas suas redondezas, desta forma os estudantes são expostos às ações de traficantes, se tornando vítimas de roubos e outras modalidades de violência, inclusive físicas. Diante desta situação, foram feitos vários documentos por parte da Escola, encaminhados às autoridades, tanto para a Secretaria de Educação quanto para a Secretaria de Segurança Pública.

Igualmente a Comunidade se mobilizou exigindo mais segurança, ampliação e iluminação do Estacionamento Externo. A Comunidade Escolar foi atendida parcialmente em suas reivindicações pela Secretaria de Segurança Pública e pela Administração Regional de Sobradinho. Quanto à construção do Estacionamento Externo, já consta uma Emenda Parlamentar destinando recursos para a construção e otimização dos espaços existentes.

O quadro descrito acima, principalmente no que se refere a questão de segurança, avançou bastante com a Gestão Compartilhada, podendo a Escola contar com os Policiais Militares que desempenham suas funções no interior da Escola e com a presença constante de viaturas nos horários de entradas e saídas dos estudantes.

Apesar das dificuldades mencionadas anteriormente, os resultados apresentados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB até 2015 apresentaram um acréscimo na avaliação obtida: índice 3,7 em 2007, superando as projeções em 2009 (4,0) e 2011 (4,6). O último índice divulgado foi de 4,2 em 2015. No entanto tal progresso acabou resultando em perda de verbas do Programa Mais Educação para esta Instituição causando enorme preocupação entre os membros da equipe gestora.

Considerando os resultados acima mencionados, esta Unidade de Ensino deu início a uma série de medidas e procedimentos, tais como: conscientização dos estudantes quanto à necessidade de efetiva participação nas avaliações aplicadas pelo Estado, respondendo as questões com seriedade e afinco, bem como a motivação da Comunidade Escolar visando atingir as metas propostas pelo MEC/IDEB. Em 2017 o número de participantes no SAEB foi insuficiente para que os

resultados fossem divulgados. Até o presente momento não recebemos os resultados da avaliação realizada no ano de 2019.

4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Tomando como base os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento, no que concerne à função da escola, como “um lugar de instrução e socialização, de expectativas e contradições, de chegadas e partidas, de encontros e desencontros, ou seja, um ambiente onde as diversas dimensões humanas se revelam e são reveladas, assim sendo, a Função Social da Escola é formar pessoas críticas e autônomas respeitando suas individualidades e limitações fortalecendo uma educação para a diversidade, cidadania e sustentabilidade, colaborando para a formação de um ser menos consumista, mais ético consigo mesmo, solidário com o próximo e integrado com a natureza que o circunda.

É do conhecimento de toda a sociedade brasileira na atualidade, o quão importante é o papel da escola no desenvolvimento de um país. Sabe-se também que a escola, enquanto instituição social reflete em seu interior as determinações e contradições desta mesma sociedade na qual está inserida.

A Lei de Diretrizes e Bases -LDB enfatiza a função social da escola em formar o cidadão e propiciar ao educando a construção de conhecimentos, atitudes e valores que o torne solidário, crítico, criativo, ético e participativo. Para tanto, é necessária a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade para que transformações reais aconteçam.

O sucesso do CCM Centro Educacional 03 de Sobradinho depende, sobretudo, da ousadia de seus agentes em assumir o papel de mediadores nessas transformações, que dependem, dentre outros fatores de natureza econômica e recursos físicos e humanos, do envolvimento da Comunidade Escolar para a para a necessidade de ruptura de velhos paradigmas e superação de inevitáveis momentos de instabilidade econômica, política e social.

Esse sucesso perpassa pela formação continuada de seus atores, a saber; Professores, Assistentes da Educação e, principalmente da Equipe Gestora. Os quais, imbuídos dos sentidos de responsabilidade social, compromisso com a qualidade,

dinamicidade e prognóstico positivo do processo de ensino e aprendizagem como um todo, se utilizam, dentre outros recursos pedagógicos e tecnológicos, das Coordenações Pedagógicas Coletivas e Por Áreas, como espaços ricos da construção e desconstrução desse panorama educacional melhorado, além de promover o espírito de cooperação proativa e integrada, cultivando a divulgação e a disseminação de experiências exitosas.

5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Um pilar importante na prática pedagógica é o princípio da Educação Integral. Entenda-se educação integral não como a extensão do tempo de permanência na escola, mas reestruturação/mediação das aprendizagens e ampliação dos espaços em que ela ocorre.

Na perspectiva do currículo em movimento, “o ser em formação é multidimensional, com identidade, história, desejos, necessidades, sonhos, isto é, um ser único, especial e singular, na inteireza de sua essência, na inefável complexidade de sua presença”. Sob essa ótica o currículo deve ser integrado, pois como função social da escola está a formação de um ser educado formalmente, mas também um cidadão capaz de exercer um conjunto de funções além dos muros da instituição, contemplando dessa forma as diversas dimensões da formação humana.

A Educação Integral, fundamentada no referido Currículo, tem como princípios: “integralidade, Inter setorização, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialidade, trabalho em rede e convivência escolar negociada, o que possibilita a ampliação de oportunidades às crianças, jovens e adultos e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização de fundamentos, objetivos e procedimentos propostos pelo Currículo de Educação Básica”.

O objetivo da educação integral é a promoção do desenvolvimento integral dos Estudantes, por meio dos aspectos intelectual, afetivo, social e físico.

Diferentes formas de organização da educação básica são contempladas neste Currículo para alcançar esse objetivo, como a organização em Ciclos e Semestralidade, que são políticas que visam garantir a aprendizagem num processo de inclusão educacional. A unidade curricular é preservada uma vez que os eixos

transversais, os conteúdos e os processos de avaliação, seja de aprendizagem, institucional e de sistema, são os mesmos em todas as escolas independente da organização escolar.

Na perspectiva desse ensino integrado faz-se necessária a articulação entre conteúdos e conhecimentos para garantir, através de metodologias mais ativas e efetivas em sala de aula, a união entre teoria e prática. Integração que promova reflexões críticas, como prevê o Currículo em Movimento: uma análise crítica “exige a abertura para o diálogo e a disposição para repensar cotidianamente a organização da aula” (SILVA, 2011), com a clareza do Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar?

A interdisciplinaridade e a contextualização são a base para a implantação efetiva de um currículo integrado e são formas de o aluno fazer relações entre os conteúdos de ensino e as diferentes situações de aprendizagem.

O Currículo em Movimento nos permite ainda, através dos planejamentos pedagógicos, a flexibilização das práticas pedagógicas dos Professores articuladas com o documento coletivo, para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos. Respeita especificidades locais e regionais, facilita a percepção de realidades próximas e vivenciadas pelos Estudantes, tornando a aprendizagem mais ativa e significativa.

A flexibilização deve ser utilizada ainda e principalmente na promoção da educação inclusiva, proporcionando condições de aprendizagem a todos os estudantes usando as diferenças como um fator que contribua para a promoção das aprendizagens, através de estratégias pedagógicas que alcancem a proposta curricular de todos os Estudantes.

Na busca pela melhoria da qualidade de ensino e do processo de aprendizagem, oferecido por essa Unidade Escolar, será proposto um plano de ação fundamentado nas Teorias de Planejamento e Avaliação, o qual será entendido como instrumento de permanente reflexão sobre processos e resultados e referencial teórico metodológico na formação dos cidadãos que nela atuam.

De acordo com Luckesi, (2005 p.106) o ser humano age em função de construir resultados. (...) o homem não se contenta com uma forma 'natural' de ser; ao contrário, tem necessidade de modificar o meio para satisfazer suas necessidades. Segundo Leite, (2005, p.11) é a consciência crítica que possibilita ao homem constituir-se como sujeito da história, sua e a da humanidade, ativo e transformador.

O objetivo dessa ação é transformar, qualitativamente, a realidade que a escola pública vivencia nos dias atuais, uma vez que o homem não se define como tal no próprio ato de seu nascimento, pois nasce apenas como criatura biológica que carece se transformar, se recriar como ser humano. Esse ser deverá incorporar uma natureza em tudo distinta das outras criaturas. Ao nascer não se encontra equipado nem preparado para orientar-se no processo de sua própria existência: "O homem é a única criatura que precisa ser educado". (KANT)

Neste momento o homem tem que decidir por tomar atitudes claras, distintas, conscientes para planejar sua ação, elaborar planos que envolvam seu desenvolvimento na sociedade. As atitudes e as ações do homem visam às mudanças da sociedade e a educação deve caminhar para promover a mudança da realidade, da vida e do mundo. A escola é real, está em uma localidade, faz parte de um bairro, da cidade, do estado, do país e do mundo. Nestes termos, necessita de uma reflexão de ideias, envolvendo o contexto social, político, econômico, social e cultural da sociedade e da formação do homem, principalmente das crianças, os adolescentes e os jovens que são seu público alvo.

Para o adolescente torna-se básico a aproximação por afinidade ou semelhança. Tal condição aflora a sociabilidade e o interior da escola torna-se rico de contatos sociais variados, em um momento propício do intercâmbio de ideias e de experiências.

Assim, as atividades exercidas pelos adolescentes têm sido encaradas com grande importância (BARROS, 1993), onde o grupo do qual um adolescente pode fazer parte pode ser capaz de exercer influência principalmente em suas atitudes, (PILON, 1986). Os Estudantes se vêem no contexto escolar como protagonistas de sua própria história, com o objetivo de elevar os aspectos da melhoria de si mesmo. Revelam que são capazes de se relacionarem bem com os colegas modificando o

ambiente onde fazem parte, através de seus grupos próprios de amigos, demonstrando o respeito mútuo, apaziguadores na escola e fora dela, tornando o mundo mais humano e justo. Relatam ter consciência de que o seu próximo é portador dos mesmos sentimentos que ele.

Conclui-se que os Estudantes da Unidade Escolar buscam valorizar os princípios como pessoa humana, o que facilita o trabalho de resgate e valorização da sua auto-estima, de sua vontade de aprender, ser, fazer, conquistando assim o seu próprio meio.

6. MISSÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

A missão da Educação é garantir o acesso, a permanência na escola e o desenvolvimento da Educação Integral o mais humanizada possível, por meio da gestão democrática e inovação educacional.

Eixos

- Educação integral
- Formação dos Professores
- Fortalecimento da Gestão Democrática
- Currículo integrado

Valores

- Desenvolvimento integral do ser humano
- Profissionalização e valorização dos profissionais da Educação
- Eficiência na oferta e nos resultados dos serviços educacionais
- Compromisso e transparência na gestão pública democrática e uso correto dos recursos
- Criatividades e inovação tecnológica

Desenvolver as orientações curriculares da SEDF, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação;

- Promover o acesso e a permanência do aluno na Instituição Educacional, de acordo com as normas estabelecidas pela SEDF;
- Garantir a transparência na prestação de contas, relativa aos recursos repassados à Instituição Educacional bem como daqueles diretamente arrecadados;
- Cumprir metas e indicadores educacionais e de gestão, definidos pela SEDF, observadas as especificidades da Instituição Educacional, e considerar como parâmetro mínimo, os indicadores a seguir especificados;
- Elevar o índice de desempenho individual da Instituição Educacional, referendado pela média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB;
- Atender a um dos maiores anseios da comunidade escolar que é o preparo para o PAS/ENEM;
- Incentivar a inclusão com garantia de respeito e direito, sem, contudo, abrir mão de um sistema educacional que proporcione a descoberta, por parte dos estudantes no seu objetivo principal que é o ensino-aprendizagem responsável;
- Proporcionar à comunidade escolar um atendimento digno e humano de forma que a afetividade seja também fator de promoção e interação escolar;
- Promover a participação dos pais ou responsáveis na vida escolar do aluno para mudança de conduta, valorização do estudo e ambiente escolar.

7. CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Este currículo de Educação básica se fundamenta nos referenciais da Pedagogia Histórica Cultural, por apresentarem elementos objetivos e coerentes na compreensão da realidade social e educacional, buscando não somente explicações para as contradições sociais, mas, sobretudo, para superá-las, identificando as causas do fracasso escolar e garantindo a aprendizagem para todos. Nessa perspectiva é necessário que a escola estabeleça fundamentos, objetivos, metas e ações que orientem seu trabalho pedagógico considerando a pluralidade e diversidade social e cultural em nível global e local. A busca é pela igualdade entre as pessoas, (igualdade em termos reais e não apenas formais), articulando-se com as forças emergentes da sociedade em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. (Saviani, 2008, p.52)

Essa pedagogia chamada histórico crítica por Demerval Saviani se traduz em histórica porque a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua transformação, e é crítica por ter consciência da determinação exercida pela sociedade sobre a educação.

Esta é uma teoria de grande relevância para a educação brasileira, pois evidencia um método diferenciado de trabalho, especificando-se por passos que são imprescindíveis para o desenvolvimento do educando:

- Primeiro passo: Prática Social;
- Segundo passo: Problematização;
- Terceiro passo: Instrumentalização;
- Quarto passo: Catarse;
- Quinto passo: Prática social.

Outra teoria que norteia nossas ações é a Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, que em sua gênese, pressupõe uma natureza social da aprendizagem, ou seja, é por meio das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores.

A Teoria Histórico-Cultural explica o aprendizado humano a partir de sua natureza social, a Pedagogia Histórico-Crítica empenha-se em colocar a educação a serviço da transformação das relações sociais e a Didática da Pedagogia Histórico Crítica busca traduzir para a sala de aula o processo dialético – prática-teoria-prática – de elaboração do conhecimento científico. Desta forma, entendemos que a Teoria Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica constituem um método eficiente de leitura de mundo e de análise da educação que se expressa numa didática capaz de ser um instrumento significativo de elaboração do conhecimento científico na perspectiva da transformação social.

Ao cumprir seu principal papel, que é democratizar o saber escolar historicamente produzido nas relações sociais, a escola procura contribuir para que o educando tenha compreensão crítica do contexto social em que está inserido, assumindo o seu papel como sujeito político e social. Percebe-se então, a importância da transmissão de um conhecimento que se constrói a partir da prática social que venha possibilitar a ampliação da visão do mundo, pois falar em conhecimento é falar da história da humanidade, ou seja, é compreender o modo de produção de cada

sociedade e suas necessidades, onde o homem é um ser histórico e concreto que para sobreviver, organiza-se através do trabalho, estabelecendo entre si e com a natureza, criando condições de sua existência. Assim, o que diferencia os homens dos animais é o trabalho e este instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação.

O Currículo da Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal fundamenta-se nessas duas teorias por entender que são opções que atendem vários fatores como a realidade econômica e social, além da heterogeneidade dos estudantes.

Nortea o trabalho pedagógico da Escola a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes de Avaliação Educacional, as Orientações Pedagógicas, entre outros dispositivos normativos.

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Nas últimas décadas observou-se uma busca pela melhoria da qualidade da educação básica, em âmbito nacional, o que se traduziu em políticas públicas propondo ações para alcance de tal objetivo. Inúmeros programas, tanto para o ensino fundamental quanto para o médio, foram implantados pelo MEC. Na mesma direção, a Secretaria de Educação do Distrito Federal propõe outras maneiras de organização dos tempos e espaços escolares como forma de garantir as aprendizagens de todos os estudantes respeitando seus tempos e processos individuais de apreensão de saberes, além do desenvolvimento do senso crítico e autonomia intelectual.

O sucesso das aprendizagens sob a ótica desse tipo de organização pedagógica pressupõe a existência de um sistema de avaliação contínua e de caráter formativo, formação permanente dos profissionais da educação além de tempo e espaço para o apoio pedagógico aos estudantes que apresentarem essa necessidade.

A Unidade Escolar e os Professores responsáveis pelo ensino dos conteúdos e o desenvolvimento das atividades curriculares sempre numa perspectiva mais ampla, que implica: ter consciência de que a aquisição de conhecimento pelos Estudantes, envolvendo um complexo processo de reorganização e construções mentais para assimilar e interpretar os conteúdos escolares, a aprendizagem deverá

ser significativa para os Estudantes, eles precisam saber por que e para que estão aprendendo algo, deve propor problemas, desafios, que levem o aluno a elaborar hipóteses e experimentá-las, reconhecer as diferenças individuais, criar condições para que todos possam aprender, reconhecer que o erro faz parte do processo de aprendizagem, intervir positivamente, estimulando o aluno a reformular suas hipóteses até chegar ao resultado adequado e conhecer cada aluno, sua história de vida, seus conhecimentos prévios. Todo conhecimento adquirido pelo aluno permite que entre em contato sempre com o novo para a construção do novo significado.

A metodologia adotada pela escola é a de projetos onde bimestralmente elencamos temas e escolhemos um ou mais dentre eles um tema comum onde cada bloco (tanto do ciclo, quanto da semestralidade) desenvolve suas unidades didáticas em conformidade com o mesmo. O tema adotado é sugerido tendo como base os Eixos Transversais presentes no Currículo em Movimento tais como Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade; e outros temas de acordo com a realidade, com o momento histórico e social e com necessidades da escola e dos estudantes.

De acordo com Freitas (2003) a avaliação é a guardiã dos objetivos, portanto a avaliação deve ter função diagnóstica e reorientar processos e procedimentos a fim de que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados. Essa concepção formativa norteia um currículo integrado e é o utilizado na Secretaria de Educação do DF.

A formação continuada dos profissionais ocorre no espaço da coordenação pedagógica (Plano de Ação **apêndice C**) e nos espaços oferecidos pela Secretaria tal como a EAPE. Busca o repensar pedagógico e busca de novos caminhos para que a aprendizagem seja de fato significativa.

A Coordenação Pedagógica é um espaço de decisão, de estudo e de análise dos relatos obtidos ao longo do processo de ensino aprendizagem de cada disciplina ou área de estudos, para uma ação de valorização do aluno e de sua aprendizagem. Lembrando sempre que “a escola e a sala de aula abrigam sujeitos oriundos de realidades diversas, com características étnico-culturais variadas, saberes, interesses, valores diferentes, portadores de uma história diferente”. (MOURA M.C.). É papel do professor e da escola auxiliar o aluno a desenvolver

capacidades, superar limites, estabelecer relações de convívio social, construir e produzir conhecimentos.

Uma ação fundamental na organização pedagógica em ciclos ou semestralidade é se utilizar dos resultados diagnósticos apontados pela avaliação formativa e fornecer apoio aos estudantes que não alcançaram a contento os objetivos propostos. Dentre as estratégias propostas pelo documento do currículo em movimento estão o Reagrupamento e o Projeto Interventivo.

O Reagrupamento mais utilizado em nossa escola é a intraclasse. Ocorre com os Estudantes da mesma turma e nas suas diversas formas, dependendo da necessidade ou da metodologia de cada professor. Algumas turmas requerem o reagrupamento com grupos fixos, outras com grupos flexíveis. As avaliações diagnósticas formativas indicam a melhor solução em cada caso. Os reagrupamentos interclasses são baseados nas avaliações diagnósticas coletivas durante conselhos de classe, conversas durante as coordenações, dados obtidos com resultados dos projetos interdisciplinares e avaliações diagnósticas institucionais.

Para estudantes que mesmo após a estratégia de reagrupamentos ou outras estratégias pedagógicas ainda não estão prontos para cumprir os objetivos, são propostos projetos interventivos.

Independente da estratégia adotada procuramos envolver todos os sujeitos da comunidade escolar. Contamos com o Serviço de Orientação Educacional, Sala de recursos e apesar de não termos Pedagogos buscamos junto à Regional de Ensino o suporte sempre que necessário.

O CCM-CED 03 implantou os Ciclos e a Semestralidade a partir do ano de 2018 em consonância com a Lei nº 5499/15, aprovada pelo Plano Distrital de Educação que tornou seu cumprimento obrigatório.

8.1 MODALIDADES DE ENSINO

Atualmente o Colégio Cívico Militar - Centro Educacional 03 de Sobradinho atende aproximadamente 1700 Estudantes, distribuídos em dois turnos: matutino e vespertino; conforme quadro demonstrativo abaixo:

	MATUTINO	VESPERTINO
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	07:00h às 12:00 h	13:00h às 18:00h
ENSINO MÉDIO	24 Turmas do 1º ao 3º Ano	-----
ENSINO FUNDAMENTAL	-----	25 turmas - 6º ao 9º ano
ENSINO ESPECIAL	-----	1 Turma – Classe Especial 1 Turma – Classe TGD

8.1.1 ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental representa a segunda etapa da Educação Básica, constituindo assim seu caráter obrigatório, conforme art. 3º da Lei de Diretrizes e Base (LDB) que busca o desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 22, LDB).

Destina-se à formação da criança e do adolescente, objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de autorrealização e exercício consciente da cidadania plena. A segunda etapa da Educação Básica, obrigatória a todos, supõe o exposto no art. 3º da LDB, no qual estão garantidos os princípios de igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, além da valorização de Professores e da gestão democrática do ensino público como garantia de padrão de qualidade.

Durante os primeiros anos de escolarização o estudante tem a oportunidade de vivenciar experiências significativas de aprendizagem, adquire experiência e amplia sua estrutura mental e emocional, apropriando-se de novas maneiras de pensar e atuar no meio no qual se encontra inserido, modificando-o em benefício da coletividade.

Ele se prepara para exercer sua autonomia, tem oportunidade de se conhecer e de conhecer o “outro” em espaços de socialização. Enfim, o que o adolescente constrói durante esses anos de escolarização será a expressão de seu talento, de sua criatividade e de sua capacidade de realização.

O momento atual da educação brasileira e, sobretudo do Ensino Fundamental, remete às grandes transformações sociais e tecnológicas, o que ocasiona mudanças na prática educativa, em virtude da necessidade de oferecer aos Estudantes uma formação compatível com as demandas do mundo moderno, valorizando habilidades, competências pessoais, conhecimentos e valores para além da aquisição de

quantidade de informações. Esse paradigma fortalece a autonomia do aluno e favorece o desenvolvimento de uma postura empreendedora que deverá atender as exigências do mundo globalizado.

A Lei Nº 9.394/96, em seu art. 32, afirma que o Ensino Fundamental obrigatório terá duração de 9 anos, será oferecido gratuitamente na instituição educacional pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, tendo como objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

O ideal de qualidade em educação, portanto, não se limita ao acesso à Instituição Educacional, mas se consolida com a aprendizagem do educando e sua

permanência no sistema de ensino, passando por todo o Ensino Fundamental até a conclusão do Ensino Médio.

O currículo aponta para a aquisição de habilidades e competências adequadas ao nível de desenvolvimento e maturidade do educando, considerando ainda suas experiências e oportunidades vivenciadas na família, na instituição educacional e no meio social em que está inserido.

As áreas de conhecimento estão integradas pelo desenvolvimento de Temas Transversais propostos pelo Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do DF (Educação Ambiental, Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Cultura, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Empreendedorismo e Serviço Voluntário, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena).

O processo de ensinar-aprender, nas diversas áreas, é desenvolvido por meio de projetos interdisciplinares que possibilitem uma visão globalizada e concreta de diferentes temas e que promovam a geração de novos conhecimentos, o fortalecimento de valores, ações e atitudes positivas.

A correlação entre teoria e prática, fundamental para a aprendizagem, intensifica-se na pedagogia de projetos e requer a adoção de estratégias diferenciadas, tais como:

Manifestações artístico-culturais de naturezas diversas;

Pesquisas, seminários e grupos de estudo;

Aulas expositivas dialogadas, estudos de caso, júri simulado, etc.

Atividades extraclasse, integradas ao currículo principalmente por meio de visitas e excursões para estudos 'in loco';

Participação em promoções, campanhas e outros eventos sócio comunitários;

Aulas planejadas e desenvolvidas de forma participativa;

A organização curricular no Ensino Fundamental – Séries Finais tem como finalidade ampliar o conjunto de competências e habilidades adquiridas nas Séries Iniciais, no sentido de aprofundar conhecimentos relevantes e introduzir novos componentes curriculares que contribuam para a formação integral.

A qualidade do trabalho pedagógico está associada à capacidade de avanços no desenvolvimento do aluno, destacando-se a importância do papel do professor no processo de ensino e de aprendizagem, assim como a relevância da proposta pedagógica adotada por esta instituição educacional.

8.1.2 ENSINO MÉDIO

No encontro do mundo do trabalho com o da escola, a construção de uma identidade vai sendo elaborada. Não se pode conceber, hoje, uma educação deslocada da realidade sociocultural dos jovens e adultos que almejam uma formação escolar de bases sólidas. Nesse sentido, o conhecimento da ciência e da tecnologia, associado às demandas de uma sociedade em mutação, é condição primordial para qualquer currículo comprometido com uma educação que promova a igualdade social e a qualidade dos estudos.

É importante tratar o conhecimento não como algo estanque, sem vida, mas instrumentalizá-lo, considerando a ciência e a tecnologia como ferramentas teórico-metodológicas capazes de propiciar a apreensão da realidade histórica e social, visando transformá-la diante das necessidades humanas.

A organização da matriz curricular do Ensino Médio concentra os conteúdos em três áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física); Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Física, Química, Biologia e Matemática); Ciências Humanas e suas Tecnologias (Geografia, História, Filosofia e Sociologia), visando à maior interdisciplinaridade entre elas, favorecendo, assim, a construção de estruturas cognitivas responsáveis pelo desenvolvimento de competências e habilidades.

As áreas de conhecimento estão integradas pelo desenvolvimento de Temas Transversais propostos pelo Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do DF (Educação Ambiental, Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Cultura, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Empreendedorismo e Serviço Voluntário, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena).

Com isso, o Currículo do Ensino Médio, etapa final da Educação Básica com duração mínima de três anos, busca dar significado e aprofundamento ao

conhecimento escolar, mediante a contextualização, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências básicas, superando, assim, a compartimentalização do conhecimento, estimulando o raciocínio e a capacidade de aprender de todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, priorizando a ética e o desenvolvimento da autonomia e do pensamento.

A partir deste contexto, há parceria firmada da escola com instituições credenciadas que introduzem os jovens no mercado de trabalho, ofertando-lhes ingresso profissional na condição de Jovem Aprendiz, estagiários em empresas, meu primeiro emprego, e similares.

8.1.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A inclusão na escola é um processo pelo qual a Educação Especial se adapta e se transforma para inserir-se nas classes do ensino regular em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania. O processo inverso também ocorre: o ensino regular recebe esses Estudantes respeitando suas especificidades.

A Educação Especial, no enfoque inclusivista proposto pela LDB, cumpre sua especificidade ao possibilitar aos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE) desenvolver suas competências, ultrapassando os limites de sua situação. Incluir ou integrar os Estudantes nas classes regulares e propiciar-lhes suportes especiais para que superem suas limitações tornam-se objetivos explícitos dessa modalidade.

Todas as especificidades da Educação Especial são voltadas para conseguir com que cada estudante em particular procure se superar e desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em sua situação de vida diária e, também, em situação de trabalho que lhe favoreça resgatar a dignidade de vida e o exercício pleno da sua cidadania.

A proposta pedagógica da instituição educacional, como ponto de referência para definir a prática escolar, contempla a operacionalização do currículo como um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos Estudantes, considerando os seguintes aspectos: a atitude favorável da instituição educacional para diversificar e flexibilizar o processo de ensino e de aprendizagem, de modo a

atender às diferenças individuais dos Estudantes; a identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação; a adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, ao invés de uniformes e homogêneos; a flexibilidade da organização e do funcionamento da instituição educacional, para atender à demanda diversificada dos estudantes; a necessidade de incluir Professores especializados, serviços de apoio e outros não convencionais, para favorecer o processo educacional.

As adaptações curriculares constituem as possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos Estudantes. Pressupõem que se realize, quando necessário, para tornar o currículo apropriado às peculiaridades dos ANEEs, tornando-o dinâmico, alterável, passível de ampliação, a fim de que atenda realmente a todos os educandos.

9. ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

A organização pedagógica em ciclos e semestralidade estabelece uma relação muito estreita entre avaliação e sucesso nas aprendizagens. A proposta avaliativa que inclui a avaliação no processo ensino aprendizagem é a avaliação formativa. Ela entende que cada aluno possui seu próprio ritmo de aprendizagem e, sendo assim, possui cargas de conhecimentos diferentes entre si. Nessa ótica, o professor deverá utilizar-se da avaliação para o aperfeiçoamento da sua praxe docente.

A avaliação é uma atitude constante em todo trabalho planejado. É a constatação da correspondência entre a proposta de trabalho e sua consecução. Transformar o sistema de avaliação é de relevante importância e significado, pois é, num estudo de qualidade onde nascem os problemas do insucesso, do rótulo e do desenvolvimento.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem envolve a análise do conhecimento e das técnicas específicas adquiridas pelo aluno, e também aspectos formativos, através da formação de suas atitudes referentes a presença às aulas, participação nas atividades pedagógicas e responsabilidade com que assume o cumprimento de seu papel, sendo considerados os seguintes aspectos: SER – atitude e comportamento; SABER – conhecimento; FAZER – habilidade. A avaliação do

aproveitamento do aluno será contínua, cumulativa e sistemática, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Segundo os pressupostos do Currículo em Movimento, a avaliação formativa compreende três níveis: avaliação em larga escala, avaliação institucional e avaliação para as aprendizagens.

9.1 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

A Comunidade Escolar, através de Questionários de pesquisa, definiu o trabalho direcionado à formação integral dos estudantes dando especial atenção a valores e preparação para a cidadania, com ênfase na realização de exames tais como: Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, vestibulares e outros. Além dessas avaliações externas a Instituição prepara ainda os Estudantes para a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP, provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal – SIPAEDF, além da participação, em menor escala, nas Olimpíadas de Língua Portuguesa, Química e Física.

9.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PARA AS APRENDIZAGENS

A avaliação de aprendizagem terá por objetivo:

- ✓ Diagnosticar o desempenho de cada aluno em relação à programação curricular, prevista e desenvolvida registrando seus progressos e dificuldades;
- ✓ Possibilitar que os Estudantes auto avaliem suas dificuldades;
- ✓ Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades;
- ✓ Fundamentar a decisão da equipe escolar, quanto a necessidade de procedimentos paralelos ou intensivos de reforço e recuperação de aprendizagem, de classificação e reclassificação de Estudantes;
- ✓ Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

Atualmente o CCM - CED 03 adota práticas de avaliação bimestrais através de provas objetivas, no valor de três pontos (3,0), onde são incluídas questões comuns

a todas as disciplinas e questões específicas no intuito de atingir um padrão de avaliação totalmente interdisciplinar, adotamos a partir desse ano uma avaliação dissertativa valorada em dois pontos (2,0), os cinco pontos (5,0) restantes são destinados a testes, trabalhos interdisciplinares, seminários, pesquisas, auto avaliação, portfólios e atividades extraclasse, além dos projetos já implementados pela escola.

Quanto à elaboração das avaliações escritas coletivas, são realizadas por Professores de áreas diversas, nas coordenações, de forma transdisciplinar ou integrada, onde são discutidos os temas (eixos integradores e transversais) e logo após são debatidas as questões que farão parte da avaliação bimestral, tendo como base um texto norteador, envolvendo as diversas disciplinas e os conteúdos efetivamente ministrados.

Ao realizar a aplicação das provas, todos os setores da escola se mobilizam para propiciar um ambiente adequado à concentração e raciocínio, visando à obtenção de bons resultados avaliativos.

A Coordenação Pedagógica se volta à organização e resolução de situações problema, suporte ao professor e estudantes durante a realização das provas e atividades relacionadas às avaliações bimestrais.

Como a Instituição não possui Sala de Apoio, o Serviço de Orientação Educacional - SOE, aplica aos estudantes diagnosticados com transtornos diversos (TDAH, TDA, Dislexia, Dislalia, etc.), a prova em Salas separadas, para que os mesmos tenham seus direitos garantidos e que necessitam de atendimento específico. A Sala de Recursos Generalista, atende estudantes diagnosticados com Deficiência Intelectual - DI, Deficiências Múltiplas - DMU, Deficiência Física - DF e Transtorno do Espectro Autista – TEA, atuando com os Professores na orientação para a confecção de provas adaptadas, além de auxiliar na adaptação curricular e realizar um atendimento complementar no contraturno para estes estudantes.

Conforme citado anteriormente, a avaliação escrita não é a única estratégia utilizada para a avaliação institucional. A devolutiva dessa e de outras estratégias

avaliativas são a base para o repensar da metodologia em sala de aula e de outros espaços da escola, a fim de que a aprendizagem seja garantida.

Independente do instrumento de avaliação utilizado procura-se fazer o diagnóstico, registro, análise e procedimentos de intervenção para acompanhar a abrangência e eficiência da avaliação.

9.3 CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

O Conselho de Classe deve ser considerado espaço e tempo de avaliação do desempenho do aluno, do professor e da instituição escolar da Equipe Gestora e principalmente da instituição escolar, de forma mais abrangente.

Com o objetivo de diagnosticar os pontos positivos e negativos do bimestre, o Conselho de Classe, entre outras atribuições, traça o perfil da turma para adequar a metodologia de trabalho que possa facilitar o processo ensino aprendizagem.

Os estudantes, em sala de aula, sob a orientação do professor conselheiro preenchem um formulário de Pré-Conselho destacando os aspectos positivos e negativos da turma no bimestre letivo, ressaltando as atividades exitosas e sugerindo mudanças para um melhor desempenho da turma ao longo dos bimestres subsequentes.

Nesta oportunidade também avaliam a Escola como um todo, principalmente a Equipe Gestora Pedagógica e Disciplinar, inclusive fazendo reivindicações e sugestões de mudanças, mesmo tendo um canal de comunicação permanentemente aberto com a Direção Pedagógica e Disciplinar.

Por ocasião da realização do Conselho de Classe reúnem-se a Direção, o Serviço de Orientação Educacional – SOE, o AEE, os docentes e estudantes (representados pelos representantes de turma) quando então é feita a leitura das atas do Pré-Conselho de todas as turmas para que os docentes tenham conhecimento do perfil da turma, bem como dificuldades e eventuais intervenções para os bimestres subsequentes.

Na sequência, são criadas fichas individuais dos estudantes para que os Professores possam destacar dificuldades e êxitos no processo ensino-aprendizagem de cada discente, verificados no decorrer do bimestre. Verificadas eventuais

dificuldades, são adotadas providências cabíveis a cada caso concreto, observando-se o Regimento Escolar e as peculiaridades que envolvem o caso.

Os estudantes, juntamente com o Professor Conselheiro, têm a oportunidade de discutir e sugerir soluções com vistas à correção dos problemas suscitados no Conselho de Classe.

No Biênio em curso pretende a Equipe Gestora realizar Conselho de Classe Participativo, no qual terão assentos toda a Comunidade Escolar (Professores, Estudantes, Pais e Responsáveis, integrantes da Carreira Assistência à Educação, Colaboradores das Empresas Juiz de Fora (Conservação e Limpeza) e G & E (Merenda) e Global (Vigilância), de forma que possa haver a efetiva Gestão Democrática.

Evidentemente tal participação, nesta fase preliminar, se fará por intermédio de Representantes de cada categoria que integra a Comunidade Escolar, em decorrência da falta de infraestrutura para realização do Conselho de Classe.

Considerando as peculiaridades que envolvem o processo de ensino e aprendizagem serão definidos momentos de participação de cada segmento, preservando e resguardando o sigilo da participação dos Professores e das Equipes Gestoras Pedagógica e Disciplinar, quando assim o tema exigir.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA

O currículo de cada segmento é baseado na Base Nacional Comum Curricular bem como no Currículo em Movimento das Escolas do Distrito Federal.

Os eixos transversais e integradores estão sendo trabalhados em projetos interdisciplinares executados durante o ano letivo ou individualmente de acordo com as competências e habilidades necessárias em cada disciplina. A saber: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

Durante a semana pedagógica os Professores se reúnem por área primeiramente e discutem de acordo com a BNCC o currículo para o ano letivo. Em um segundo momento se organizam nos blocos (ciclo e semestralidade) e fazem uma nova discussão por séries do bloco. Ao longo das coordenações, baseados nas

avaliações de cunho diagnóstico, planejam ações que flexibilizem essa organização curricular sempre que necessário.

Os currículos são constituídos de uma Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada, conforme especificado abaixo:

10.1 MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS SÉRIES FINAIS

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal						
Etapa: Ensino Fundamental Séries Finais						
Modalidade: Regular (Ciclos)						
Regime: Anual						
Módulo: 40 semanas						
Turno: Diurno						
PARTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL			
			ANOS			
			6^a	7^a	8^a	9^a
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens, Códigos e suas tecnologias	Língua Portuguesa	5	5	5	5
		Arte	2	2	2	2
		Educação Física	3	3	3	3
	Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias.	Matemática	5	5	5	5
		Ciências Naturais	4	4	4	4
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	3	3	3	3
		Geografia	3	3	3	3
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Moderna – LEM inglês		2	2	2	2
	PD Humanas	Leitura e produção de textos	1	1	1	1
	PD Exatas	Matemática Básica	2	2	2	2
TOTAL DE MÓDULOS-AULA SEMANAIS			30	30	30	30

TOTAL CARGA HORÁRIA SEMANAL (Hora-relógio)	25	25	25	25
TOTAL SEMESTRAL (Hora-relógio)	500	500	500	500
TOTAL ANUAL (Hora-relógio)	1000	1000	1000	1000
<p>Observações: Módulo-aula: 45 minutos. Hora de início e término do período letivo é definido pela Secretaria de Educação. Os intervalos são de 10 minutos, o primeiro e 15 minutos, o segundo. Caso a Instituição Educacional não tenha aluno(s) optante(s) pelo componente curricular Ensino Religioso, a carga horária a ele destinada deverá ser preenchida por um Projeto Interdisciplinar previsto na Proposta Pedagógica.</p>				

10.2. MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal					
Etapa: Ensino Médio					
Modalidade: Regular (Semestralidade). Bloco I (disciplinas cursadas no 1º semestre por um grupo de 12 turmas) e Bloco II (disciplinas cursadas no 2º semestre por um grupo de 12 turmas). As disciplinas Português, Matemática e Educação Física continuam com regime anual e as turmas trocam de bloco ao final do 1º semestre.					
Regime: Anual					
Módulo: 40 semanas					
Turno: Diurno					
PARTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
			SÉRIES		
			1º	2º	3º
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens, Códigos e suas tecnologias	Líng. Portuguesa I/II	4	4	4
		Arte II	4	4	4
		Educação Física I/II	2	2	2
	Ciências da Natureza,	Matemática I/II	3	3	3
		Física II	4	4	4
		Química I	4	4	4

	Matemática e suas tecnologias	Biologia I	4	4	4
	Ciências Humanas e suas tecnologias	História I	2	4	2
		Geografia II	4	4	4
		Filosofia I	4	4	4
		Sociologia II	4	4	4
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Moderna – LEM - inglês	4	4	4	
	PD Humanas – Leitura e Produção de Texto	1	1	1	
	PD Exatas – Matemática Básica/	2	2	2	
	LEM – Espanhol II	2	2	2	
TOTAL DE MÓDULOS-AULA SEMANAIS			30	30	30
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMANAL (Hora-relógio)			25	25	25
TOTAL SEMESTRAL (Hora-relógio)			500	500	500
TOTAL ANUAL (Hora-relógio)			1000	1000	1000
Observações:					
1. Módulo-aula 45 minutos.					
2. Hora de início e término do período letivo é definido pela Secretaria de Educação.					
3. O intervalo é de 10 minutos, o primeiro e 15 minutos, o segundo.					
4. Será(ão) ofertado(s) Projeto(s) Interdisciplinar(es), além do previsto, na Parte Diversificada, nas instituições educacionais que:					
Não iniciaram o processo de implantação da Língua Estrangeira – Espanhol;					
Já iniciaram o processo de implantação da Língua Estrangeira – Espanhol e que não tem optantes;					
Não tem Estudantes optantes pelo componente curricular – Ensino Religioso;					
São tributárias de Centros Interescolares de Línguas.					

10.3 MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O CURRÍCULO FUNCIONAL

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal			
Etapa: Currículo Funcional da Educação Especial			
Modalidade: Educação Especial			
Regime: anual			
Módulo: 40 semanas			
Turno: Diurno			
Contexto	Dimensão do Apoio	Áreas de Conhecimento	Aspectos de Avaliação do Apoio
FAMILIAR ESCOLAR COMUNITÁRIO OCUPACIONAL	Funções Intelectuais	Percepção	Capacidade para compreender o ambiente e reagir a ele adequadamente com base nos conhecimentos construídos
		Raciocínio lógico matemático	
		Organização do pensamento	
		Análise e síntese	
		Compreensão de ideias	
		Conhecimento de mundo e aprendizagem formal	
	Generalização de conhecimentos		
	Comportamento Adaptativo	Habilidades conceituais	Relacionadas aos aspectos acadêmicos, cognitivos e de comunicação. Ex: Linguagem, leitura e escrita, conceitos matemáticos.

		Habilidades sociais	Relacionadas à competência social. Ex: habilidades interpessoais, responsabilidade, autoestima, observância de normas conduta, regras e lei, evitar vitimização.
		Habilidades práticas de vida autônoma e independente	Relacionadas à vida autônoma e independente. Ex: atividades de cuidado pessoal na vida diária, atividades instrumentais de vida, habilidades ocupacionais e segurança no ambiente.
	Formação da identidade pessoal, social e cultural	Comunicação	Considera os contextos típicos de seu grupo etário consistentes com a diversidade cultural e linguística da pessoa, constituindo espaços que possibilitam sua participação, interações sociais e vivências de papéis sociais que refletem a quantidade e qualidade de seu engajamento em seu ambiente e exercício de sua cidadania.
		Participação	
		Interação	
		Vivência de Papéis Sociais	
		Expressão artística	
		Capacidade criadora	
		Exercício da cidadania	

	Funções Psicomotoras	Esquema corporal Equilíbrio Coordenação dinâmica geral Coordenação motora Orientação espaço-temporal Lateralidade	Considera o desenvolvimento integral do ser, articulando corpo, movimento e mente de forma a favorecer a comunicação e Expressão de seus pensamentos, desejos e necessidades.
Total De Carga Horária Semanal		25 HORAS	
Total Anual		1000 HORAS	
<p>Observações:</p> <p>Aspectos a serem observados:</p> <p>Programação individual</p> <p>Desenvolvimento de habilidades funcionais que estejam vinculadas à qualidade de vida;</p> <p>Adequação à idade cronológica;</p> <p>Prioridade ao ambiente natural do aluno para realização das atividades;</p> <p>Participação efetiva no processo educacional dos pais e dos profissionais que atendam ao aluno, pois são eles quem melhor conhecem o educando e poderão identificar, com maior precisão, quais as habilidades que necessariamente deverão ser adquiridas;</p> <p>Interação com outros Estudantes não deficientes uma vez que são os colegas que proporcionam a entrada dos jovens nas experiências normais de vida em seu grupo de idade.</p> <p>Os conteúdos são definidos de acordo com:</p> <p>Domínio – definição dos interesses, necessidades e potencialidades do aluno e</p> <p>Atividade – ação pedagógica para o desenvolvimento da habilidade.</p> <p>3. A carga horária semanal para o desenvolvimento das atividades funcionais, baseadas na Dimensão do Apoio, será definida no planejamento individual de cada aluno.</p>			

11. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

“O Projeto Político Pedagógico construído com a participação de todos os envolvidos na unidade escolar incorpora os diferentes significados ali presentes, torna-se relevante para todos, possibilitando o comprometimento coletivo e democrático na sua concretização”. (GANZELI, 2005, p. 19). Baseando-se nessa citação o trabalho tem como objetivo a organização efetiva de uma prática docente que considere o aluno como centro motivador do processo de conhecimento, transformando-o e tornando-o capaz de refletir e agir em seu meio social.

O trabalho pedagógico sistemático, cria entre a equipe escolar um clima de corresponsabilidade, um compromisso permanente com a qualidade do ensino. Só assim a escola terá condição de encontrar sua personalidade e cumprir seu papel: **informar e formar.**

O Plano de Ação será direcionado à análise e reflexão da Proposta Pedagógica, tendo em vista a necessidade de uma ampla conscientização sobre a importância do planejamento e da avaliação das ações coletivas no interior da escola.

11.1 GESTÃO PEDAGÓGICA

A equipe de Gestão Escolar viabilizará o processo de formação contínua dentro do espaço escolar, ou seja, exercício democrático, dialógico e participativo, visando o desenvolvimento global da instituição de ensino da qual é responsável.

Os coordenadores são os responsáveis pela articulação das práticas pedagógicas dentro e fora do ambiente escolar, orientando o estudo e a participação em cursos de formação. A elaboração de cronogramas de atividades pedagógicas e suas concretizações representa um importante elo entre estudantes, direção e Professores, buscando soluções para o dia a dia do processo da gestão democrática e do trabalho coletivo e pedagógico na perspectiva da formação de um ambiente escolar que favoreça o desenvolvimento da aprendizagem, da ética e da cidadania a partir do fortalecimento da gestão democrática e do trabalho coletivo.

11.2 GESTAO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

Processos e práticas para melhorar o desempenho da Escola

Avaliar é uma atitude constante em todo trabalho planejado. É a constatação da correspondência entre a proposta de trabalho e seu resultado final. Os sistemas de avaliação não podem ser concebidos na ótica de eficácia e do rendimento, deve-se estabelecer níveis de sucesso na medida em que é sempre possível atingi-lo em algum grau de maior eficiência e eficácia.

Para criar estratégias que melhorem o desempenho dos Estudantes é importante entender qual a realidade dos discentes hoje e acompanhar os resultados ao longo do tempo. Portanto, iremos buscar e criar estratégias eficientes para medir o desempenho dos Estudantes nas suas diversas formas de manifestação.

A sala de aula tradicional não se adequa às necessidades e desejos das gerações que estão nascendo nos últimos anos. Dessa forma, é essencial investir em práticas de ensino inovadoras para melhorar o desempenho dos Estudantes.

Os Professores são os principais responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem na escola e, com isso, interferem o desempenho dos Estudantes. Portanto, para ter estudantes que geram resultados significativos, é essencial contar com uma equipe docente de ponta e capacitada para potencializar a aprendizagem das crianças e adolescentes.

Os pais e responsáveis também têm um papel fundamental nos resultados das crianças e adolescentes de nossa Instituição para tanto é essencial abrir os canais de comunicação com essas pessoas e trazermos esses atores para dentro da escola, criando uma relação de parceria.

Uma boa estratégia para potencializar os resultados dos estudantes é criar atividades que ensinem os Estudantes a entender qual a melhor forma de aprender para cada um deles e aplicar metodologias de estudo eficientes para o desenvolvimento e aprendizagem, assim eles podem atuar como protagonistas da própria educação e melhoram o desempenho como um todo.

A assiduidade dos Estudantes às atividades escolares é outro fator essencial para o sucesso escolar e serão registradas pelos Professores e enviadas à Secretaria. Os dados relativos à apuração de frequência/ausência serão comunicados ao aluno e aos pais ou responsáveis, após cada síntese de avaliação e quando necessário ao Conselho Tutelar.

As atividades de recuperação contínua e reforço serão oferecidas obrigatoriamente pela escola em todas as disciplinas em que o aproveitamento do aluno for considerado menor que 5 (cinco) e com defasagem de conteúdo.

Essas atividades deverão ocorrer de forma Contínua como parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, no desenvolvimento das aulas regulares; e de forma Paralela, ao longo do ano letivo em horário diverso, das aulas regulares, sobre a forma de projetos de reforço e recuperação de aprendizagem.

11.3 GESTAO PARTICIPATIVA

A democracia vem sendo discutida em nossas escolas nos últimos anos, levando-nos a crer que esse novo modelo de gestão vem sendo desenvolvido em nossas instituições educacionais, uma vez que queremos cidadãos conscientes e capazes de exercer plenamente a cidadania. Se considerarmos individualmente as pessoas veremos que ao nascer essas já trazem consigo determinantes que geram diferenças, entretanto, o mais importante é que as pessoas podem tornar-se conscientes dessas diferenças e refletir sobre elas de forma que revejam preconceitos e adotem uma postura crítica em relação à sociedade, assim, um dos caminhos que possibilita essa tomada de consciência, é uma educação que propicie a construção do sujeito articulado ao exercício de sua cidadania, pois essa cidadania é constituída por três direitos fundamentais: civil, político e social.

Uma das formas de conscientizar o cidadão seria exatamente praticar essa gestão participativa com a comunidade interna escolar, pois será a partir desse convívio democrático participativo que levaremos o cidadão e a cidadã, aluno e aluna, professor e a professora, pai e mãe, enfim, todos os envolvidos na escola, a participarem com responsabilidade.

A gestão dessa escola se dará democraticamente, com observância dos princípios de autonomia, coerência, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas,

e corresponsabilidade da comunidade escolar. Esse envolvimento da comunidade escolar acontecerá através das ações desenvolvidas pelos colegiados e instituições auxiliares da Unidade Escolar.

A escola e o sistema de ensino estão inseridos dentro da comunidade, suas propostas de trabalho deverão refletir as circunstâncias, as convivências e o compromisso da comunidade. A comunidade, representada pelos pais e Estudantes devem participar ativamente das ações da escola através do Conselho de Escolar, APAM e Grêmios Estudantis.

11.3.1 GRÊMIO ESTUDANTIL

Instituição Escolar autônoma que reúne os estudantes da escola para que se organizem na defesa de seus interesses e na promoção de atividades educativas, recreativas e culturais.

A Direção criará condições para a organização do grêmios assim como, procurará articular a seu entrosamento com a APAM e o Conselho de Escolar.

Os Estudantes se organizam através do Grêmios Estudantis na promoção da integração entre seus pares, pais, Professores e comunidade escolar. Através do Grêmios os Estudantes promovem momentos de lazer, cultura e esporte, de música, danças, teatro, jogos esportivos e passeios culturais. Criando um espaço de participação democrática e coletiva no ambiente escolar.

11.3.2 CONSELHO ESCOLAR PARTICIPATIVO

Se constitui como Órgão Colegiado com representatividade de todos os segmentos da Comunidade Escolar que tem por objetivo fortalecer e ampliar a participação da comunidade, família, Estudantes, Professores e funcionários no bom funcionamento da escola, contribuindo tanto para a organização e aplicação de recursos como também para a organização de planos, metas e projetos escolares, garantindo assim uma gestão democrática do ensino.

Faz-se presente, sempre que solicitado, nas reuniões. Seus membros se mostram interessados oferecendo sugestões para aprimorar o desenvolvimento da escola, exercendo suas funções de acordo com o Estatuto do Conselho Escolar.

11.3.3 ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ESTUDANTES E MESTRES - APAM

A associação de pais, Estudantes e mestres - APAM é uma entidade civil sem fins econômicos que tem o objetivo de preservar os interesses da comunidade escolar.

As contribuições são integralmente utilizadas para a aquisição e manutenção de equipamentos, reparos na estrutura física da escola e para dar continuidade às ações previstas no Projeto Político Pedagógico da escola.

A participação dos pais que ocorre através da APAM visa a integração comunitária por meio de reuniões, promoções, busca de recursos para implementação e manutenção dos ambientes pedagógicos e na busca de parcerias com profissionais para realização de palestras aos pais sobre educação, formação e relacionamentos entre pais e filhos.

11.4 GESTÃO DE PESSOAS

Educar os filhos e filhas dos membros da Comunidade Escolar é uma das atividades profissionais mais significantes e ao mesmo tempo mais desafiadoras da vida humana. Aprimorá-la sempre é fundamental para que tenhamos resultados positivos e a certeza de que o nosso melhor foi aplicado nessa tarefa de educar e formar e modelar os seres humanos.

O aluno segundo Luckesi (1994, p. 117) “[...] *é um sujeito ativo que, pela ação, ao mesmo tempo se constrói e se aliena. Ele é um membro da sociedade como qualquer outro sujeito, tendo caracteres de atividade, sociabilidade, historicidade, praticidade*”. Partindo desse olhar individual, é que a escola tem que desenvolver sua prática, procurando atender cada sujeito dessa ação de educar em sua singularidade, interagindo com o outro, tentando suprir suas dificuldades na aprendizagem e formando cidadãos conscientes e críticos para a vida.

O Serviço de Orientação Educacional – SOE está encarregado pela orientação educacional dos Estudantes e alunas, acompanhando, junto à direção, Professores e estudantes seus respectivos problemas disciplinares/familiares que eventualmente possam estar refletindo no rendimento escolar, realizando reuniões, mediando conflitos entre as partes, para que possam ocorrer mudança de conduta e a valorização do ambiente escolar e do estudo.

Acompanham os Conselhos de Classe, buscando aplicar os procedimentos recomendados pelos Professores e Equipe Gestora. Possuem função vital junto aos Estudantes, quanto às orientações que antecedem a eleição de Professor Conselheiro, Representante e Vice representante de Turmas desde sua escolha até a

o acompanhamento para o bom desenvolvimento e funcionamento da Instituição de Ensino.

Ainda contribui valorosamente com a conciliação de conflitos e a orientação dos profissionais que atuam nesta Unidade de Ensino nos seus diversos seguimentos, na busca do bem estar de todos que aqui desenvolvem suas atividades profissionais.

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos Estudantes, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos Estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

Os Professores e os Agentes Educacionais readaptados atuam em todo o campo de apoio pedagógico, auxiliando os Professores regentes, a Equipe Gestora Pedagógica e Disciplinar, quando for o caso, desempenhando suas funções de acordo com as suas formações, habilidades, limitações e/ou restrições especificadas pelo Serviço Médico da Secretaria de Educação. Desempenham funções importantíssimas na Biblioteca, realizando o controle e a distribuição do Livro Didático, orientando os Estudantes na escolha de livros literários, fomentando o gosto pela leitura, incentivando práticas de conservação dos livros didáticos com conscientização e premiações e também no suporte às questões disciplinares.

Eles também exercem a função de orientadores para os estudantes no que diz respeito a pesquisas e realização de trabalhos. Para esta finalidade a Biblioteca foi transferida para as duas primeiras salas do Bloco "A", que foram devidamente reformadas e adaptadas. Essa modificação nos permitiu ampliar a oferta de serviços da Biblioteca, que além de incentivar os estudantes a frequentá-la em turno contrário, sem que causem transtornos no turno corrente, nos permite também a utilização otimizada do espaço de forma pedagógica, sem comprometer a finalidade da BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA.

Professores readaptados e/ou de disciplinas extintas são também utilizados como Apoios da Direção e da Coordenação, dando suporte também na Assistência Pedagógica, no que se refere ao atendimento à pais/responsáveis, Estudantes e Professores.

Os Servidores readaptados da Carreira Assistência à Educação - CAE atuam na Portaria recepcionando, prioritariamente Estudantes, pais e responsáveis, bem como a todos que procuram a Instituição de Ensino, identificando-os e fazendo os encaminhamentos que se se fazem necessários (Assistência Pedagógica, Administrativa, Direção Pedagógica e/ou Disciplinar, Sala de Recursos e Serviço de Orientação Educacional – SOE).

O Serviço de Vigilância, atualmente terceirizado, é realizado pela Sociedade Empresária Global. É também de fundamental importância pelo apoio que presta ao atuar em conjunto com a Equipe da Portaria. Outros servidores readaptados da Carreira Assistência à Educação, atuam na Assistência Administrativa, também prestando apoio aos Professores regentes, fornecendo e controlando materiais audiovisuais e outros de uso pedagógico.

Além de todos os projetos já implementados pela instituição foram criados outros que atendem ao Projeto Político. Em cada projeto explicitamos as ações necessárias para alcançarmos os objetivos e metas almejados.

Todos os projetos necessitam da ação conjunta de todos os elementos do plano de ação (Gestão Pedagógica, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira, Gestão Administrativa, Coordenação Pedagógica, Conselho Escolar, Professores readaptados, Serviço de Orientação Educacional, Secretaria Escolar, Portaria, Cantina) para sua eficácia.

No decorrer de todo o ano letivo haverá momentos de leitura, reflexão e estudo, troca de experiências, busca por soluções, estratégias de ações, estabelecimento de datas e momentos para a avaliação, planejamento e replanejamento das questões voltadas para o ensino e aprendizagem.

11.5 GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira da escola se dá através da ação e supervisão do Diretor Pedagógico e do Tesoureiro, com a imprescindível participação do Conselho Escolar, que juntos, discutem e definem a utilização das verbas destinadas à Instituição Educacional, obedecendo às exigências do GDF/Secretaria de Educação, do Governo Federal e demais Órgãos Fiscalizadores.

As despesas realizadas são regularmente submetidas à apreciação, quando necessárias correções segundo as orientações e determinações dos Órgãos de Fiscalização, como já mencionado.

11.6 GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Gestão Administrativa atende tanto aos ideais da Gestão Democrática quanto da Gestão Compartilhada, cujas atribuições atendem a previsão do Regimento. A Gestão, com a implementação da Gestão Compartilhada é dividida, a Equipe Gestora Pedagógica (Diretor, Vice-Diretora, duas (2) Supervisoras Pedagógicas, um (1) Supervisor Administrativo e quatro (4) Coordenadores). A Equipe Gestora Disciplinar é composta por um (1) Comandante/Diretor e um (1) Subcomandante, auxiliados por onze monitores.

Ao Supervisor Administrativo cabe a administração dos recursos humanos, Servidores efetivos e terceirizados, da vigilância, conservação e limpeza, da merenda e os Educadores Sociais Voluntários – ESV, recursos financeiros e controle do patrimônio da Escola.

O patrimônio físico da escola é um bem público, adquirido com recursos financeiros advindos da arrecadação de impostos. Nesse sentido, sua conservação e preservação são mais que uma obrigação, um compromisso de cidadania. Assim, relacionaremos a seguir alguns cuidados que contribuem para a preservação do patrimônio do CCM - CED 03:

- Proteção ao patrimônio - os bens patrimoniais são conservados em locais livres de umidade, da ação deletéria de vândalos e protegidos contra intempéries ocasionais;

- É dado o mesmo tratamento aos bens pertencentes à Associação de Pais, Estudantes e Mestres – APAM quanto à sua conservação e proteção.
- Bens como: televisores, projetores, vídeos e outros de composição eletrônica são, preferencialmente, mantidos em locais de difícil acesso quando não estão em uso, tais como gaiolas e armários com tranca;
- Computadores, copiadoras e outros equipamentos do tipo são mantidos em sala reservada e, quando possível, com sistema eletrônico de segurança ou gradeamento em suas janelas;
- É feito relatório de controle, sempre que algum bem patrimonial precisa ser deslocado de seu local de guarda, para que seja garantida sua devolução e a informação exata de sua localização;
- Os bens eletrônicos devem ser manuseados, preferencialmente, por pessoas com algum conhecimento sobre o funcionamento, e mantidos em condições satisfatórias de conservação com vistas a evitar "acidentes".
- Os bens que não estejam mais em uso por falta de condições de funcionamento são guardados e eventualmente recolhidos, conforme orientações do órgão competente;

É feito levantamento anual dos bens patrimoniais da escola, juntamente com o diretor eleito e nomeado, com base na "carga patrimonial" assinada quando de sua posse.

Com a aprovação do projeto que previu, inicialmente, a transformação de quatro (4) Unidades Específicas de Ensino da Rede Pública do Distrito Federal em Colégios da Polícia Militar do Distrito Federal - CPMDF deverão formular, aprovar e implementar um plano de gestão que garanta à Secretaria de Estado de Segurança Pública e a Polícia Militar do Distrito Federal autonomia para realizar a gestão administrativa-disciplinar, no âmbito escolar, em atenção ao art. 5º da Lei Distrital nº 4.751/2012. O projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada será composto pela Gestão Estratégica (PMDF/SEEDF); Gestão Disciplinar Cidadã (PMDF) e Gestão Pedagógica (SEEDF), e que possuem o mesmo nível de hierarquia no âmbito do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada. Este plano foi feito pela SEDF com a SSPDF a escola não participou é uma crítica que precisamos fazer.

A Secretaria Escolar compõe o quadro funcional da instituição educacional e assume responsabilidades administrativas de cunho essencial ao êxito da gestão escolar.

A Secretaria Escolar é considerada um setor essencial da escola, é através dela que é construída a história da instituição como um todo, incluindo o corpo docente, funcionários e, principalmente o histórico da vida acadêmica dos Estudantes. Sendo responsável por todos os eventos burocráticos e legais de funcionamento da instituição, desta forma a Secretaria necessita ser valorizada, ter seu papel devidamente reconhecido e receber todo apoio que se faça necessário ao seu funcionamento.

A Cozinha atualmente tem seu quadro composto por seis (6) merendeiras terceirizadas e um Servidor efetivo da Secretaria de Educação, para executar o cardápio estabelecido pela Equipe de Nutricionistas da SEDF. São servidas diariamente um total de 1650 refeições, atendendo a Ensino Especial, Ensino Fundamental e Ensino Médio. As instalações da cozinha foram recentemente reformadas para melhor se adequarem ao atendimento aos estudantes. Apesar dos esforços as instalações do refeitório ainda não atendem satisfatoriamente as necessidades dos nossos estudantes uma vez que não comporta o quantitativo de usuários, gerando alguns transtornos como a necessidade de se espalharem e até mesmo fazerem a refeição em pé.

A limpeza e conservação da escola é feita por uma empresa terceirizada que contribui valorosamente para que os ambientes sempre estejam limpos e organizados.

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A avaliação acompanhará todo processo da prática do plano de ação, por meio de reflexões coletivas, que contribuirão para balizar os avanços e recuos da prática pedagógica.

Ao final do 1º e 2º semestres de 2020, serão realizadas avaliações para conhecimento dos resultados obtidos (simulados preparados pela Supervisão e Coordenação Pedagógica) com a implementação do PP, através de questionários e reuniões, coletando críticas e sugestões junto com a Comunidade Escolar. Os questionários serão preparados por segmento e seus resultados discutidos em

reuniões específicas ou coletivas sempre que necessárias. Os registros serão realizados em atas próprias (de coordenação, de assembleias ou individuais, conforme o caso).

Essa proposta de avaliação tem como principal objetivo, refletir sobre a prática pedagógica desenvolvida e o processo de aprendizagem dos Estudantes. Para que esse processo se efetive, será necessário o estudo constante do Currículo em Movimento a partir de referenciais teóricos que fundamentam o trabalho pedagógico, possibilitando maior direcionamento da ação docente. Com os resultados, serão definidas quais ações, atualizações e aperfeiçoamentos serão necessários para melhor execução do projeto.

13. PROJETOS ESPECÍFICOS, INDIVIDUAIS OU INTERDISCIPLINARES.

13.1 PROGRAMAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

13.1.1 Olimpíadas de Língua Portuguesa

É uma das ações do Programa *Escrevendo o Futuro* resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação e a iniciativa privada que visa melhorar a qualidade do ensino, incorporada no cotidiano escolar contribuindo para que os estudantes escrevam melhor e ampliem seu domínio de escrita e leitura.

O projeto conta com fases distintas, onde inicialmente os coordenadores e o supervisor pedagógico são capacitados pela CRE, seguindo-se o repasse em forma de oficinas para os Professores de Língua Portuguesa, bem como de áreas afins. A partir daí o estudante será incentivado, estimulado e acompanhado ao longo do percurso letivo, produzindo textos com abordagens de gêneros literários diversos, experimentando assim o domínio da escrita plena de nossa língua. Os melhores textos serão selecionados ao longo do período de trabalhos em etapas que convergem para o prêmio e reconhecimento nacional.

13.1.2 Olimpíadas de Matemática

Visando desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e o gosto pela Matemática, estimula a participação em competições a exemplo do que vem

acontecendo nessa escola desde 2007. Os estudantes do CED 03 participaram de todas as etapas, classificaram-se e receberam certificados de menção honrosa. Desde 2010 o Projeto envolve toda a escola, optando-se pela adesão total com data já prevista no Calendário Oficial da SEEDF.

13.1.3 Programa Saúde Na Escola

Tem por finalidade promover a saúde e assistência ao educando no âmbito da escola e a cultura da paz priorizando os casos de maiores indicadores de vulnerabilidade social. Fomenta a cultura da prevenção à atuação profissional cotidiana, este Programa orienta a construção de um conhecimento compartilhado na Equipe Pedagógica que favorece a inclusão desses conteúdos nos projetos educativos. Nesse sentido a escola vem desenvolvendo atividades de sensibilização, esclarecimento e construção de conhecimento: Dengue, Gripe A, Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST's, Alimentação Saudável e COVID-19.

Com o apoio do Posto de Saúde, tem promovido encontro com estudantes, distribuição de cartilhas para adolescentes, atualização do Cartão de Vacina, encaminhamentos para atendimentos conforme as necessidades.

13.1.4 Olimpíadas de Física

Visa detectar entre os estudantes aqueles que tem maior aptidão para a disciplina. Alguns educandos, previamente selecionados pelo professor de física realizam a prova com vistas a tornarem-se futuros pesquisadores.

13.2 PROJETOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS PELA INSTITUIÇÃO

13.2.1 - Projeto Socializa-Ação: Gincana Cultural

Problematização :Muitos estudantes de nossa escola não possuem o hábito de fazer trabalhos e pesquisas em grupo, muitos deles não se socializam objetivando a aprendizagem e o conhecimento pedagógico. O estudante isolado não possui muita motivação e vem se mostrando com várias deficiências de aprendizagens. O intuito do projeto é trabalhar a cultura e a aprendizagem de forma criativa e prazerosa além de fazer o aluno socializar e produzir atividades desenvolvidas em grupo.

Objetivo Geral: desenvolver nos estudantes a habilidade prática de estudo e pesquisas desafiadoras. As disciplinas em que ele apresenta defasagem e prejuízos de aprendizagem serão mais valorizadas quando trabalhadas em equipes e em grupos de estudo sistematizados. A ideia é que o estudante busque a realização de tarefas e desafios em seu horário de aula e também em contra turno. Eles deverão ser encaminhados e orientados por um professor selecionado pela turma, este dará apoio e direcionamento às tarefas e desafios propostos uma vez que forem programados no decorrer de cada bimestre. Todas as disciplinas estarão envolvidas no processo de atividades propostas pela gincana cultural escolar.

Ações Vinculadas e Metas : Os Professores escolhidos auxiliarão suas turmas dentro de seus horários de aula, propondo ações e estratégias para a realização de tarefas e desafios pedagógicos programados pela Gincana Pedagógica. As ações propostas são: desenvolvimento de leitura crítica e contextualizada dentro das tarefas a serem realizadas; motivação do desenvolvimento de metas organizacionais; controle emocional quanto à forma de realização de atividades surpresa; trabalhar a capacidade de resolver problemas com diagnósticos interpretativos das atividades problematizadas; promover hábitos e atitudes proativas a partir da competição proposta; respeitar as diferenças; desenvolver a criatividade e o empreendedorismo juvenil através da realização das provas propostas; despertar para o voluntariado em ações de doação e participação social.

Responsáveis pelas Ações: Todo o corpo docente e os Professores conselheiros no papel de orientar e direcionar o bom desenvolvimento das ações no projeto, atendendo os aspectos de aprendizagem, competitividade e envolvimento da comunidade escolar.

Cronograma e Metodologia: O projeto tem início na segunda semana de abril, onde os Professores se reúnem e determinam as metas para o desenvolvimento do projeto, discutem as atividades a serem trabalhadas e as possíveis provas e sugestões de desafios com avaliações em relação às diversas áreas envolvidas no projeto.

Os Princípios a serem desenvolvidos e que os Estudantes deverão cumprir são: Apresentações artísticas e culturais; voluntariado e cultura africana e indígena;

Preservação do meio ambiente: arborização; Prevenção e saúde; Esporte com jogos intercalasse; Conquista de novos parceiros para a escola; Valorização dos festejos juninos e suas tradições, enquanto manifestações culturais brasileiras e mundiais.

Ao longo do ano letivo as propostas serão implementadas pela coordenação pedagógica em diversas etapas, com Professores e estudantes sugerindo atividades. A 1ª etapa inicia-se concomitantemente com o 2º bimestre e as etapas subsequentes ocorrem até a culminância, prevista para o mês de agosto, como parte das comemorações do Dia de Estudante.

Abrangências das Ações: O projeto tem como público alvo os estudantes do Ensino Médio e Fundamental.

Recursos Humanos e Financeiros: A supervisora pedagógica juntamente com as coordenadoras pedagógicas serão as orientadoras do projeto e darão início à elaboração das ações juntamente com os Professores no espaço da coordenação.

As equipes formadas farão uso de alguns materiais didáticos para a realização de atividades coletivas; material de expediente; material de audiovisual para apresentações e demonstrações artísticas (Caixas e aparelhos de som com auxiliares de mídias e kits de Multimídia).

As turmas com melhores pontuações e colocações, dentro da conclusão das atividades, serão premiadas com um Passeio Prêmio Cultural, como fator motivador e de incentivo à cultura e participação coletiva.

Estratégia e Avaliação: O sucesso desta atividade pedagógica é garantido, pois contempla os seguintes fatores: Participação de todos os segmentos da escola; Envolvimento de todas as modalidades disciplinares de ensino médio; Atendimento aos aspectos pedagógicos, valorizando o rendimento bimestral de cada turma em todas as áreas do conhecimento; Realização de atividades/provas durante o ano letivo; Conservação do espaço/patrimônio com avaliação diária de todos os ambientes escolares; Controle de evasão e ocorrências disciplinares da turma.

Articulação do PRC e do PP da Escola; PRC se insere de forma gradativa aos projetos da escola se encaixando com o propósito de garantir um formato

pedagógico e cultural, com sentido de propor comprometimento e vínculos de ações em: PROJETO GINCANA 2020; PROJETO FEIRA DE CIÊNCIAS, ARTE E CULTURA.

13.2.2 Projeto Se Toca, Se Pinta!

Problematização: A produção cultural no Brasil e mais especificamente no Distrito Federal, foi muito intensa, porém, na última década, houve um arrefecimento gradativo, e por que não dizer angustiante. As ocorrências no cenário macro político e regional, a evolução tecnológica das mídias individualizadas, a cultura do egocentrismo, a cultura do imediatismo, do ter sobrepujando o saber, aliados a uma mídia comercial, tendenciosa aos preceitos de uma insistente produção contra cultural, onde o lucro se sobrepõe à construção, permanência e passagem da nossa identidade cultural. Faz-se necessário uma premente resposta ao apresentado. A escola coerdeira da responsabilidade do processo educacional, representando um instrumento, muitas vezes, de proteção social, também, precisa tomar para si a responsabilidade de fazer parte da defesa das nossas produção e identidade culturais. Este projeto busca equacionar e fortalecer esta premissa, principalmente no que diz respeito ao aprendizado e incentivo da produção musical, voltada para nossa identidade cultural.

Atuações e áreas: O projeto tem como meta principal a valorização do processo musical autoral, iniciando com aulas de violão em nível básico para estudantes e comunidade escolar bem como o resgate da MPB como identidade cultural e patrimônio social.

Ações vinculadas e metas: O projeto terá como eixo principal a apresentação da história da música brasileira e o estudo do violão popular. Ao final das etapas estabelecidas os estudantes terão se familiarizado com a história da MPB e noções básicas de como tocar violão

Responsáveis pelas ações: As aulas serão ministradas por um professor regente, Ediney Félix dos Santos.

Cronograma e metodologia: O curso terá três níveis: básico, médio e avançado. Ao final da primeira etapa os estudantes terão conhecimento sobre as raízes da música brasileira e estarão tocando músicas primárias de acordes simples.

Ao final da segunda etapa os estudantes terão conhecimentos sobre as influências na MPB e serão capazes de tocar músicas que apresentem acordes e ritmos de grau médio de execução. Ao término da terceira etapa, os estudantes terão conhecimento da tipicidade regional e geral da MPB, e serão capazes de reproduzir e produzir músicas relacionadas tanto com a nossa cultura como a de outras. Cada aula será de 50 minutos e acontecerá 2 vezes por semana no contra turno.

Abrangência das ações: Um estudo voltado para o conhecimento da MPB, bem como da possibilidade de produção e reprodução de música, abrange as várias áreas do conhecimento, principalmente das áreas relacionadas às ciências humanas. No tocante ao curso de violão especificamente, abrirá possibilidades de uma produção musical autoral, criando espaços de apresentações como: recreio cultural, saraus e encontros musicais, fomentando a convivência no seio da escola.

Recursos humanos e financeiros: Será necessário uma sala no CED03 de Sobradinho, equipada com 10 (dez) violões, 10 (dez) suportes de partituras, 10 (dez) mini afinadores de violão, 10 suportes para violões, 1 caixa amplificadora com microfones, 10 (dez) cadeiras, uma mesa para professor, 12 cadeiras de aço estofadas com rodas, cordoamentos para violões, um computador, uma impressora e um armário com chave.

Estratégias e avaliações: O projeto acontecerá a partir do 2º bimestre do ano letivo corrente. As avaliações serão contínuas, em cada aula, sendo que, tanto a presença como a execução dos exercícios serão obrigatórios para todos os estudantes, sob pena de perder a vaga no projeto. A avaliação institucional será feita pela direção juntamente com os Professores em momentos a serem definidos posteriormente.

Articulação com o PP: Este projeto responde ao anseio geral do processo educacional e do PP da instituição em questão, no que diz respeito ao aprender e fazer, buscando uma construção de valores sociais, tendo a escola como célula da fomentação cultural dos segmentos escolares e da sociedade de Sobradinho.

13.2.3 Projeto Iniciação Científica e Mostra de Idiomas

Problematização: Projetos de iniciação científica se destinam a estimular os estudantes a vivenciar uma pesquisa acadêmica desde sua concepção até execução para uma formação mais eficiente e completa, unindo teoria e prática como metodologia de ensino nas áreas de ciências.

Um projeto científico exige uma meta que pautará todo o percurso de pesquisa do estudante. O que caracteriza um projeto desse tipo são as pesquisas ligadas ao tema, supervisionadas por um professor-orientador.

Os estudantes comumente apresentam dificuldades na aprendizagem dos conteúdos relacionados às ciências, o que pode ser atribuído, em parte, ao fato de não conseguirem relacionar tais conteúdos à vida cotidiana.

Visando correlacionar conhecimento científico e senso comum, todos os anos a escola participa do Circuito Regional de Ciências, com projetos supervisionados por Professores de química, física e biologia. Tais projetos são desenvolvidos de forma voluntária e vem trazendo ótimos resultados para a sala de aula e para a instituição.

O presente projeto visa o engajamento de um maior número de estudantes à atividade, haja visto os resultados obtidos pelos estudantes participantes.

Objetivo geral do projeto: capacitar e orientar os estudantes de forma que possam tornar-se protagonistas da construção de conhecimentos nas áreas de ciências, através da elaboração e execução de um projeto de pesquisa com vistas à participação no Circuito Regional de Ciências e Feira de Ciências local.

Ações e metas: Baseando-se no tema proposto pela Secretaria de Educação, os Professores de química, física, biologia e demais Professores, de forma indireta, orientarão os estudantes inscritos na confecção e execução do projeto com vistas ao Circuito Regional. Os estudantes serão divididos em grupos, independente de série, de acordo com afinidades e área de interesse.

Responsáveis pelas ações : Alguns Professores da Instituição selecionados quando da proximidade da Feira de Ciências além de toda a equipe gestora de maneira indireta.

Cronograma e metodologia: O projeto será implantado a partir do segundo semestre ou tão logo a Secretaria de Educação libere portaria versando sobre a FESTIC e seu respectivo tema anual.

O desenvolvimento dos projetos ocorrerá diariamente nas aulas e no contra turno dos estudantes

Abrangência das ações :O projeto destina-se aos estudantes do Ensino Médio e Fundamental, podendo os grupos serem formados por estudantes de séries diferentes

Avaliação: Os Professores avaliarão o andamento do projeto no cotidiano da sala de aula e em encontros periódicos para os ajustes, que se façam necessários. Será agendada uma data anterior ao Circuito Regional para exposição dos projetos aos demais Professores e estudantes da instituição.

Articulação com o PP :É tradição da instituição organizar anualmente uma Feira Cultural e Científica, onde os estudantes são convidados e estimulados a desenvolver o seu “lado pesquisador”. Dessa maneira, tal projeto encontra-se em harmonia com os objetivos da instituição de criar ambientes favoráveis de aprendizado significativo, troca de experiências e fortalecimento do binômio teoria/prática.

13.2.4 Imersão nas Obras do PAS

Problematização: Programa de Avaliação Seriada (PAS) é um processo seletivo da Universidade de Brasília (UnB), realizado ao longo dos três anos do ensino médio regular.

O PAS consiste na avaliação de estudantes de forma contextualizada e interdisciplinar e utiliza obras — músicas, artes visuais, artes cênicas, textos e materiais audiovisuais — como referências pedagógicas para o trabalho escolar, para a elaboração das provas e para o desenvolvimento das competências avaliadas.

A fim de alcançar as habilidades propostas pelas obras, surgiu a necessidade de trabalhar de forma mais efetiva e interdisciplinar, de acordo com as matrizes do PAS, os objetos propostos pelos autores exigidos pelo certame.

Objetivo geral do projeto: promover a interpretação das obras do PAS nos seus diversos objetos de conhecimento, inseridos na matriz, por meio de imersão, ou seja, a vivência destes textos, por meio da linguagem sensorial, visando o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para a realização das avaliações do PAS.

Ações e metas: Os Professores do Ensino Médio reúnem-se e definem as obras a serem trabalhadas por cada etapa. Determinam a quantidade de obras por turma e sorteiam as mesmas de forma que não haja repetição. Cada turma define o formato da apresentação e todas as turmas assistem às imersões das outras de forma que todos tenham contato com o maior número de obras possível.

Responsáveis pelas ações : Todos os Professores do Ensino Médio, Supervisão e Coordenação Pedagógica.

Cronograma e metodologia: A culminância do projeto acontece a partir do segundo semestre.

O desenvolvimento dos projetos ocorrerá diariamente nas aulas.

Avaliação: os Professores alavancam o projeto no cotidiano da sala de aula dando subsídios que se façam necessários. É agendada uma data para culminância, através das apresentações dos Estudantes, que são avaliados por todos os Professores.

Articulação com o PP : Uma das solicitações da Comunidade Escolar é que os Estudantes estejam preparados para as avaliações externas, sendo uma delas o PAS. Essa vivência prática, através da pedagogia de projetos, além de ser uma metodologia ativa, promove o protagonismo estudantil, dando oportunidade para a construção de um ser cada vez mais crítico e capaz de agir na construção de seu conhecimento.

APÊNDICE A

PLANO DE AÇÃO – GESTÃO 2020/2021

A presente proposta tem como objetivo precípua contribuir para a melhoria e a democratização da Unidade Escolar, propiciando qualidade ao Ensino ofertado através do compromisso com o Processo da Gestão Democrática e Compartilhada, possibilitando assim a formação de cidadãos, críticos, participativos e atuantes nos meios nos quais se encontram inseridos; bem como valorizar os Princípios da participação, da autonomia, do pluralismo e da transparência nas práticas escolares.

2. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

2.1 Melhorias da Qualidade da Educação na Unidade Escolar

2.1.1 Objetivos Prioritários

Melhorar o resultado do desempenho dos Estudantes em todas as disciplinas, conseqüentemente os resultados apresentados nos índices das avaliações aplicadas pelo Governo, tais como: Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB; Prova Brasil; Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e Programa de Avaliação Seriada – PAS, desta forma promovendo a conscientização da prática do estudo enquanto meio transformador da realidade.

Implementar práticas pedagógicas que contemplem a independência, o crescimento, o aprendizado e formação para o pleno exercício da cidadania, por parte do Educando.

2.1.2 Metas Prioritárias

Promover ações que auxiliem o Professor no desempenho de suas atribuições de natureza e caráter pedagógicos, criando meios e condições de trabalho, tais como: disponibilização de multimeios e demais recursos utilizados no dia-a-dia da Sala da Aula.

Apoiar o Professor na elaboração de metas e estratégias visando o atendimento das necessidades e eventuais dificuldades apresentadas pelos Estudantes.

Integrar os segmentos da Comunidade Escolar visando uma maior participação nas decisões coletivas, assumindo papéis de corresponsáveis no processo educativo.

2.1.1.3 Ações

Retomar conteúdos defasados, oferecendo recuperação eficiente e efetiva, realizando acompanhamento de Estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Fazer uso efetivo de recursos tecnológicos disponibilizados pela Escola.

Auxiliar o Professor na elaboração e preparação de material pedagógico, construindo um Banco de Aulas/Atividades.

Desenvolver estratégias de conscientização de toda a Comunidade Escolar para estimular uma efetiva participação nas Avaliações de Larga Escala, em especial o SAEB.

Promover, na forma de Projeto, aulas preparatórias para a participação dos Estudantes do Ensino Médio nas avaliações ENEM/PAS.

Reavaliar e atualizar, juntamente com a Comunidade Escolar, o Projeto Político da Escola.

Construir, a partir da percepção do Grupo Docente, a prática interventiva no sentido de trabalhar Matemática Básica e tópicos relacionados à Língua Portuguesa, a saber: leitura, interpretação e produção de textos, enquanto condição essencial de maior desenvolvimento cognitivo nas demais disciplinas.

Em parceria com a Equipe Disciplinar, promover ações relacionadas com os Temas Transversais, que possibilitem uma formação humanista para o melhor exercício da cidadania, por parte dos Estudantes.

Buscar apoio junto aos setores competentes da Secretaria de Educação, formação continuada, com vistas ao auxílio dos Professores.

Criar espaços de participação do Serviço de Orientação Educacional – SOE.

2.2 Acompanhamento e Avaliação das Ações Pedagógicas

2.2.1 Objetivos Prioritários

Fazer a previsão, nas Coordenações Pedagógicas, da realização de avaliações de todas as ações/projetos desenvolvidos por bimestre/semestre, fazendo as adequações que se fizerem necessárias.

2.2.2 Metas Prioritárias

Realização de reuniões periódicas e aplicação de Questionários, bem como a utilização de outros meios e recursos avaliativos, solicitando ainda sugestões de melhorias.

Preparar mecanismos para acompanhamento e análise de resultados das ações realizadas.

Promover ações no sentido de, gradativamente, possibilitar a participação mais representativa da Comunidade Escolar no Conselho de Classe.

3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

3.1 Objetivos Prioritários

Propiciar um ambiente de trabalho prazeroso, acolhedor, de diálogo constante e humanizado, no qual as pessoas possam ter um sentimento de pertencimento e corresponsabilidade com a Gestão da Escola.

Fazer a locação dos servidores levando em consideração suas habilidades e limitações.

Realizar o acompanhamento sistemático do estado de conservação do prédio e do mobiliário.

3.2 Metas Prioritárias

Buscar, junto à Comunidade Escolar, parcerias para auxiliar na conservação e manutenção do Patrimônio.

Revitalizar o Laboratório de Ciências/Biologia/Química e Física, com a aquisição de materiais para uso nas aulas práticas.

Criar o Laboratório de Informática.

Promover reuniões sistemáticas com a Equipe Disciplinar com o intuito de melhorar a comunicação, e, conseqüentemente, alcançar a melhoria e o aperfeiçoamento do andamento dos trabalhos na Escola.

4. GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Objetivos Prioritários

Envolver a Comunidade Escolar no planejamento e aplicação dos recursos financeiros da Escola.

Garantir uma Gestão comprometida, democrática e transparente para com a Comunidade Escolar.

4.2 Metas Prioritárias

Criar um painel demonstrativo com as prestações de contas, com as despesas e receitas.

Realizar o levantamento sobre as necessidades da aquisição de materiais para os diversos setores da Escola, observando-se percentuais de gastos por setores.

Buscar recursos financeiros para a revitalização do Laboratório de Ciências/Física/Química/Biologia.

Envidar esforços no sentido de angariar recursos financeiros para a criação do Laboratório de Informática com as aquisições dos meios tecnológicos necessários.

5. ESTRATÉGIAS POR TEMÁTICA

5.1 Preservação do Patrimônio Público

Desenvolver um Projeto envolvendo a Comunidade Escolar para despertar o senso de pertencimento e a necessidade da preservação do patrimônio como um bem comum e de responsabilidade de todos.

5.2 Participação da Comunidade no Cotidiano Escolar

Trazer a Comunidade Escolar para a Escola por meio de:

- a) Reuniões Pedagógicas;
- b) Eventos Culturais;

- c) Convocações individuais; e
- d) Ampla divulgação do Dia Letivo Temático.

Com as ações acima implementadas pretende-se despertar na família do educando a importância e a necessidade de sua participação no processo de ensino-aprendizagem.

APÊNDICE B
PLANO DE AÇÃO ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL – NÍVEL LOCAL 2020

CRE: SOBRADINHO-DF	UE: CCMDf – CED 3 DE SOBRADINHO
Orientadoras Educacionais: SIMONE GOMES RIBEIRO DOS SANTOS Matrícula: 300.028-1 JULIANA RAQUEL OLIVEIRA LEMOS Matrícula: 300.028-1	

Contextualização – breve diagnóstico da realidade escolar:

- Quantitativo de estudantes:
 - Aproximadamente 1700 estudantes nos turnos matutino e vespertino
- Níveis de ensino atendidos/ outros atendimentos:
 - Ensino Fundamental Séries Finais, Ensino Médio, Ensino Especial Transtorno Global de Desenvolvimento -TGD.
- Perfil dos Estudantes:
 - O estudante matriculado nesta Instituição de Ensino tem como característica aquelas inerentes à faixa etária de 10 a 19 anos, não possuindo, portanto, nenhuma característica específica que os diferencie dos adolescentes de nossa sociedade atual.

PLANO DE AÇÃO – 2020

O Plano de Ação da Orientação Educacional dar-se-á através das ações descritas abaixo e ao longo de cada ano letivo.

Eixo	Objetivos	Ações/atividades	Responsáveis/parceiros
- Ações para implantação e/ou implementação do Serviço de Orientação Educacional	- Informar a comunidade sobre as ações propostas pelo SOE; - Organizar e sistematizar o trabalho a ser realizado na	- Apresentar o trabalho do SOE para o corpo docente e comunidade escolar; - Proceder a registros diários das ações do SOE;	- SOE

	instituição educacional;		
- Ações no âmbito institucional	- Conhecer a clientela e identificar a demanda escolar a ser acompanhada pelo SOE;	- Diagnóstico da realidade escolar; - Conhecer a clientela; - Participar das coordenações coletivas, elaboração do PP, dos conselhos de classe e avaliações pedagógicas; - Conhecer os regimentos escolares; - Elaborar o Plano de Ação do Serviço de Orientação Educacional;	- SOE
- Ações junto ao corpo docente	- Estimular a participação dos Professores na identificação, encaminhamento e acompanhamento dos estudantes com dificuldades de adaptação, convívio social e/ou dificuldades específicas de aprendizagem;	- Organizar oficinas com temas de interesse do grupo; - Participar das organizações coletivas e ouvir os anseios dos Professores; - Atender o professor individualmente e quando necessário proceder à devolutiva, intervenções e sugestões; - Preparar material para a formação continuada; - Participar de estudo de caso dos estudantes em situação de dificuldade;	-SOE; convidados e/ou palestrantes;

<p>- Ações junto ao corpo discente</p>	<p>- Contribuir par o desenvolvimento integral do educando ampliando suas possibilidades de interagir no meio escolar e social com ser autônomo, crítico e participativo;</p>	<p>- Promover oficinas, debates, pesquisas, palestras e estudos (hábitos de estudos, sexualidade, drogas, pedofilia, bullying, autoestima e outros);</p> <p>- Promover oportunidade de relação interpessoal saudável;</p> <p>- Realizar ações preventivas contra a discriminação de qualquer espécie, enfatizando o respeito à diversidade cultural;</p> <p>- Acompanhar e orientar ações dos representantes de turma;</p>	<p>- SOE; convidados e/ou palestrantes; coordenação; Professores; direção</p>
<p>- Ações junto à família</p>	<p>- Orientar as famílias quanto à importância dos hábitos de estudo;</p> <p>- Promover momentos de reflexão que contribuam com o processo educacional das crianças, adolescentes e jovens;</p> <p>- Averiguar as influências do ambiente familiar que possam impactar no desempenho escolar do educando;</p>	<p>- Promover oficinas temáticas de interesse das famílias,</p> <p>- Promover a integração escola/família;</p> <p>- Atender os pais e/ou responsáveis;</p>	<p>- SOE; direção; coordenação;</p>

<p>- Ações junto às redes sociais</p>	<p>- Realizar os encaminhamentos necessários às redes sociais com o conhecimento do gestor da instituição educacional;</p>	<p>- Integrar ações da Orientação Educacional a outros profissionais da instituição educacional e instituições especializadas (neurologista, psicólogo, psiquiatra, pediatria, fonoaudiólogo e outros);</p> <p>- Encaminhar os discentes para atividades desportivas e/ou de lazer;</p> <p>- Acompanhar/participa de atividades de adequação curricular, estudo de caso e outros;</p>	<p>- SOE;</p>
---------------------------------------	--	---	---------------

**PLANO DE AÇÃO
EQUIPE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE**

PLANO DE AÇÃO ATENDIMENTO NÍVEL LOCAL – 2020

NOME	MAT.	DISCIPLINA
MÁRCIA LELLIS BIANCHINI	35546-1	EXATAS
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA FONSECA	201563-3	LINGUAGENS CIÊNCIAS HUMANAS

Justificativa: A Constituição Federal Brasileira e a LDB 9.394 / 1996 assegura o direito a educação a todos os brasileiros, sem distinção. A escola inclusiva é aquela que possibilita a “todos os Estudantes” oportunidades de interação, aprendizagem e cidadania. Para tanto faz-se necessário uma rede multidisciplinar que garanta o aprendizado e o desenvolvimento global dos estudantes com necessidades educacionais especiais, colaborando para a elevação da autoestima individual.

Público alvo: Estudantes do 6º ao 9º ano (CCM CED03) E 1º ano (CCM CED03) com deficiência física e/ou deficiência intelectual e TGD- Transtorno global do desenvolvimento.

Dimensões de atuações: Dimensão Institucional/Pedagógica/Familiar

Apresentação: O Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Generalista oferece aos Estudantes com deficiência um serviço de natureza pedagógica conduzido por 02 (dois) Professores especialistas graduados nas áreas de linguagens e ciências exatas, a fim de implementar as orientações curriculares e complementar as atividades desenvolvidas em classe comum do ensino regular.

Institucionalização: LDB 9.394 / 1996, CNE/CEB- 2001, Lei 3.218/2003, Decreto 6.571/ 2008, Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, Resolução Nº. 4/ 2009, Currículo em Movimento da Educação Básica-SEEDF/2014.

Organização de funcionamento: Atendimento semanal, 02 (duas) aulas semanais com 50min cada por área curricular, no contraturno do estudante, podendo ocorrer em 02 (dois) dias ou em 01 (um) dia, conforme a necessidade do educando, de segunda-feira a sexta-feira. Coordenação coletiva alternada em cada escola na quarta-feira.

Objetivo geral: Facilitar o processo de inclusão social dos Estudantes com necessidades educacionais especiais que se encontram nas salas comuns do ensino regular, favorecendo a aprendizagem, a autoestima, a autonomia e a produtividade.

Metodologia: Atendimento individual e/ou em grupo, tendo como foco nas necessidades cognitivas e interativas específicas de cada aluno, descrito no plano de atendimento individual, por meio de atividades desenvolvidas para a complementação curricular, utilizando recursos tecnológicos, lúdicos e material concreto, valendo-se, também, de projetos didáticos-pedagógicos para estímulo às habilidades relacionadas as áreas do conhecimento lógico-matemático e de comunicação, de interação social, de autoconhecimento e autocuidado. Orientação aos Professores para adequação curricular seguindo-se com o fornecimento de *feedback* aos pais.

PLANO DE AÇÃO SALA DE RECURSOS GENERALISTA – 2020

PDE/META	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA	CULMINÂNCIA AVALIAÇÃO
Meta 1.30, 4.11; 4.25: Garantir o conhecimento das leis de inclusão vigente.	Informar, sensibilizar e conscientizar a comunidade escolar.	-Entrevista inicial com pais e Estudantes. -Reunião com os responsáveis. -Coordenação coletiva nas escolas. -Semana distrital de conscientização e promoção de educação inclusiva. LD 5714/16	Equipe sala de Recursos: Márcia Lellis. Equipe sala de Recursos: Ana Cristina e Márcia Lellis. SOE: Rosemare Pereira	-fevereiro Bimestral - Quinzenal (por escola) 06 a 10/03	Avaliação processual e contínua Marcos da Educação Inclusive – Palestra para pais de ANEE
Meta 4.13; 4.18;7.24: Assegurar a permanência e progressão do ANEE no ensino regular. Reconhecimento do aluno como um ser individual e social.	Possibilitar acessibilidade, aprendizagem e flexibilização dos objetivos e conteúdos.	- Atendimento semanal no contraturno individual e/ou em grupos. -Adequação curricular. -Formação profissional continuada. -Atividades complementares. - Acompanhamento nas avaliações oficiais. -Auxiliar na preparação de materiais e instrumentos de avaliação.	Equipe sala de Recursos: A e Márcia Lellis Equipe sala de recursos, Docentes, Supervisão pedagógica, Direção, SOE e pais. Equipe da Sala de Recursos e SOE Equipe Sala de Recursos: Ana Cristina e Márcia Lellis	Anual. Anual Bimestral Anual	Palestras: AEE, Adequação curricular, Deficiências / TEA, Afetividade x aprendizagem. Avaliação processual e contínua

		Jogos pedagógicos.			
Meta 7.20; Relacionamento harmônico intra / inter -pessoal,	- Valorizar habilidades individuais. - Promover a socialização. - Respeitar às diferenças. - Elevação da autoestima.	-Semana de educação para a vida. -Projeto “Ação para Inclusão” -Projeto interventivo “Donos da história”	Direção, Coordenadores, docentes, Sala de Recursos, SOE e Auxiliares. Sala de Recursos, Professores de História, português, Arte e SOE	06 a 10/03 19 a 23 de setembro 2º bimestre	Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. (21/09) LF nº 11.133/2005 Exposição de autobiografias e autorretrato. Avaliação processual
Meta 4.3, 4.13 : Manter e ampliar a oferta de material didático adequado e recursos tecnológicos específicos que atendam a singularidades dos educandos.	- Divulgar a importância dos jogos pedagógicos no aprendizado do aluno.	- Feira de Ciências	Equipe da Sala de Recursos e equipe escolar	2º bimestre (data a definir)	Oficina de jogos pedagógicos.
Meta 4.28: Divulgar e orientar quanto ao Serviço de preparação e inserção no mercado de trabalho.	- Inserção no mercado de trabalho.	- Oficinas CEE 01/SOT - Orientação cursos oferecidos na Entidade Jerônimo Candinho	CEE01/SOT – profª Valcenira, SOE, Sala de Recursos e Instituto Jerônimo Candinho – Cássia	2º semestre	Visitação ao Instituto Jerônimo Candinho. Avaliação participação e interesse

APÊNDICE C

PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

1. INTRODUÇÃO:

A ação do coordenador pedagógico fundamenta-se em um trabalho de integração entre aluno, professor, Equipe Gestora, enfim com a Comunidade Escolar, somada a uma dinâmica ativa e coerente como linhas norteadoras para um desenvolvimento eficaz em todo fazer pedagógico da instituição.

2. JUSTIFICATIVA:

A dinâmica do processo didático e da aprendizagem solicita ao Coordenador Pedagógico que incentive e promova o hábito de estudos, leituras e discussões coletivas de textos que ampliam e aprofundam bases, encaminhamentos e concepções que contribuam para que esse processo seja efetivo.

Esse plano tem a função de orientar e avaliar as atividades do corpo docente, facilitando e esclarecendo a atuação da supervisão pedagógica, junto ao corpo administrativo, docente e discente da escola.

Este plano é flexível de acordo com as necessidades reais da escola e de toda a Comunidade Escolar.

3. OBJETIVO GERAL:

O trabalho do Coordenador Pedagógico busca promover as articulações necessárias para construir estratégias que coloquem a educação a serviço do desenvolvimento de relações democráticas, ofertando à comunidade escolar uma educação de qualidade, formando cidadãos críticos e conscientes.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Elaborar o plano de ação pedagógica;
- Promover e participar das reuniões de pais e Professores;
- Prestar assistência técnico-pedagógica de forma direta aos Professores e estudantes;
- Estudar, pesquisar e selecionar assuntos didáticos e incentivar troca de experiências entre Professores;

- Orientar e acompanhar no preenchimento dos diários de classe;
- Identificar constantemente quais as prioridades das turmas e Professores para prestar-lhes um melhor atendimento;
- Detectar conjuntamente com Professores e Serviço de Orientação Educacional, as deficiências na aprendizagem sugerindo alternativas de resolução;
- Acompanhar o desenvolvimento dos planos, para que haja um trabalho interdisciplinar;
- Avaliar a execução dos planos;

5. ATIVIDADES:

- Elaboração do planejamento anual;
- Participação nas reuniões administrativas;
- Reuniões para elaboração dos planos;
- Auxílio nas avaliações;
- Acompanhamento e organização dos planos;
- Participação nas reuniões de Pais e Professores;
- Orientação, acompanhamento e auxílio aos Estudantes;
- Reuniões pedagógicas;
- Assistência à direção em assuntos pedagógicos e em atividades cívicas e sociais;
- Diálogos individuais;
- Conversas informais;
- Orientação e acompanhamento no preenchimento dos diários de classe;
- Identificação das prioridades de cada turma;
- Elaboração e organização de simulados;
- Organização de banco de atividades para ausência de Professores.

6. METODOLOGIA DE TRABALHO:

O método de trabalho é por equipe: em conjunto com a Supervisão Pedagógica a Coordenação auxiliará a Equipe Gestora, os Professores e estudantes no processo de ensino aprendizagem por meio de estratégias e ações conjuntas e colaborativas

de acordo com as necessidades. Avaliações diagnósticas foram solicitadas como ponto de partida do fazer pedagógico, aliadas às avaliações diagnósticas institucionais.

7. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Durante todo ano letivo de 2020.

Ações	Cronograma	Responsáveis
Elaboração do planejamento semestral.	fevereiro/julho	Direção Pedagógica Supervisão, Coordenação e Professores
Realização da formação continuada dos Professores, definindo a pauta dos encontros previamente com os Professores.	Semanal	Direção Pedagógica Supervisão, Coordenação e Professores
Orientar os Professores na elaboração dos projetos didáticos.	Semanal	Direção Pedagógica Supervisão, Coordenação
Identificar alternativas pedagógicas juntamente com os Professores que concorram para reduzir a evasão.	Anual	Direção Pedagógica Supervisão, Coordenação
Planejar e coordenar as reuniões pedagógicas.	Bimestral conforme calendário escolar da Escola.	Direção Pedagógica Supervisão, Coordenação
Participar de encontros promovidos pela Secretaria de Educação.	Durante o ano	Direção Pedagógica Supervisão, Coordenação e Professores
Acompanhar os trabalhos dos Professores e intervir quando necessário ou quando solicitada.	Sempre que necessário	Direção Pedagógica Supervisão, Coordenação

Observar os planos de aula dos Professores verificando se está sendo colocado em prática as atividades previstas no planejamento.	Ao longo do ano	Direção Pedagógica Supervisão, Coordenação
Orientar e acompanhar o preenchimento do diário de classe.	Ao longo de cada bimestre	Direção Pedagógica Supervisão, Coordenação

9. CONCLUSÃO:

O sucesso dos objetivos do plano e do processo ensino-aprendizagem não dependem somente da atuação do Coordenador Pedagógico, mas também, da Equipe Gestora, do engajamento dos Professores, do desempenho dos demais funcionários, do interesse dos educandos e ainda, do auxílio dos responsáveis pelos estudantes desta instituição.

Portanto, precisamos contar com a colaboração, compreensão, comprometimento e elevado senso de responsabilidade social, por parte da Comunidade Escolar, são estas as condições *sine quonon* para que possamos lograr êxito.

10. AVALIAÇÃO:

- A avaliação consiste num trabalho progressivo e cooperativo entre a Equipe Gestora, coordenação pedagógica e o corpo docente, integrados com estratégia já adotada pela Secretaria de Educação de Avaliação Permanente além das avaliações externas.

Esta avaliação contínua e progressiva será feita através de;

- Análise do plano elaborado, para verificar se os objetivos foram alcançados;
- Observações diretas e indiretas de todas as atividades desenvolvidas;
- Conversas, Fichas de acompanhamento; Levantamentos estatísticos; devolutivas a cada projeto desenvolvido;
- Reflexão e conclusão, Análise dos dados coletados

APÊNDICE D

PORTARIA CONJUNTA Nº 01, DE 31 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a implementação do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada, que prevê a transformação de quatro unidades específicas de ensino da rede pública do Distrito Federal em Colégios da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE E ESTRUTURA

Art. 1º O projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada visa a colaboração entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, por intermédio de ações conjuntas a fim de proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas ao policiamento comunitário e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

§1º A execução do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada será realizada através da participação da Secretaria de Estado de Segurança Pública, por intermédio da Polícia Militar do Distrito Federal, na gestão administrativa e disciplinar de quatro unidades de ensino específicas da rede pública do Distrito Federal, que passarão a ser denominadas de Colégio da Polícia Militar do Distrito Federal - CPMDF, com vistas a atender critérios de vulnerabilidades sociais, índices de criminalidade, de desenvolvimento humano e da educação básica.

§2º As unidades de ensino da rede pública do Distrito Federal que passarão a contar com o apoio da Secretaria de Estado de Segurança Pública para execução do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada serão:

- a) Centro Educacional 03 de Sobradinho;
- b) Centro Educacional 308 do Recanto das Emas;
- c) Centro Educacional 01 da Estrutural;
- d) Centro Educacional 07 da Ceilândia.

Art. 2º Os objetivos do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada são:

I - Facilitar a construção de valores cívicos e patrióticos aos estudantes das unidades de ensino;

II - Formar os discentes com o escopo de prepará-los para o exercício da plena cidadania, conscientes de seus deveres e direitos, em respeito às garantias previstas no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente e nos arts. 32 e 35 da Lei nº 9.394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação em âmbito nacional;

III - Melhorar os indicadores de desenvolvimento da educação básica - IDEB nas instituições de ensino contempladas;

IV - Buscar maiores índices de aprovação dos estudantes da rede pública de ensino nos certames de acesso às instituições de ensino médio e superior, bem como maior inserção no mundo do trabalho;

V - Obter avanços nos parâmetros de segurança pública cidadã na comunidade escolar, por meio da participação integrada da sociedade e dos órgãos públicos, como ferramenta transformadora da gestão do ensino;

VI - Diminuir a evasão escolar.

Art. 3º A realização do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada está fundamentada no art. 118 da lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, a qual prevê que a Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, através da Polícia Militar do Distrito Federal, poderá coordenar e supervisionar as instituições de ensino da rede pública de educação básica, com o propósito de atender a população, buscando uma aproximação social alicerçada nos direitos humanos e na participação comunitária.

§ 1º O projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada será implementado por meio desta Portaria Conjunta.

§ 2º Esta Portaria Conjunta transformará a gestão escolar em híbrida, sendo implantado um modelo de gestão compartilhada e assim, mantida a gestão pedagógica, em respeito ao que dispõe a Lei Distrital nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012.

§ 3º O projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada será composto pela Gestão Estratégica, Gestão Disciplinar Cidadã e pela Gestão Pedagógica, a saber: I - Gestão Estratégica - PMDF/SEEDF; II - Gestão Disciplinar Cidadã- PMDF; III - Gestão Pedagógica- SEEDF.

§ 4º A Gestão Pedagógica e a Gestão Disciplinar-Cidadã possuem o mesmo nível de hierarquia no âmbito do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada.

§ 5º A Gestão Estratégica será composta pela estrutura administrativa disposta em portaria complementar.

§ 6º A Diretoria Executiva, quadro integrante da Gestão Estratégica, do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada ficará a cargo da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social.

§ 7º A Gestão Disciplinar Cidadã e a Gestão Pedagógica serão compostas pela estrutura administrativa disposta no Anexo I desta Portaria Conjunta, ficando as suas responsabilidades a cargo da SESP e da SEEDF respectivamente.

Art. 4º As Gestões Pedagógicas e Disciplinar Cidadã irão realizar suas atividades de maneira autônoma e independente, conforme suas atribuições, e buscarão sempre o apoio da outra, em atenção ao princípio da gestão democrática do ensino público.

§1º As decisões decorrentes de cada gestão não estão condicionadas à aprovação da outra, no entanto, deverão ser levadas à sua submissão, com o devido dever de consideração.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada seguirá as Diretrizes Curriculares da Educação, com inserção de disciplinas inerentes à cultura cívico-militar, tais como ética e cidadania, banda de música, musicalização, esportes e ordem unida, objetivando o bem-estar social.

Art. 6º Os recursos orçamentários e financeiros destinados ao gerenciamento das Instituições de Ensino que passarão a ser denominadas "Colégios da Polícia Militar" continuarão a cargo da Secretaria de Estado de Educação, todavia as funções comissionadas relativas à Gestão Disciplinar Cidadã serão custeadas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública.

§1º As funções comissionadas referentes à Gestão Disciplinar Cidadã compreendem: I- Comandante, símbolo DF-14; II- Subcomandante, símbolo DF-13; III- Coordenador Disciplinar, símbolo DF-12;

§2º As funções de instrutor e monitor serão exercidas, preferencialmente, por policiais militares com restrição médica ao serviço operacional, policiais militares designados e policiais militares que estiverem em Prestação de Trabalho por Tempo Certo - PTTC.

§3º Os policiais militares que se enquadrarem nas hipóteses do parágrafo anterior não fazem jus ao recebimento da remuneração referente ao cargo em comissão.

§4º A Secretaria de Estado de Segurança Pública providenciará o remanejamento das funções comissionadas, além de poder readaptar policiais militares com restrição médica ao serviço operacional para a execução do projeto piloto.

§6º O policial militar da ativa que realizar as funções de monitor disciplinar ou instrutor disciplinar terá direito à remuneração correspondente ao símbolo DF-12.

Art. 7º As unidades de ensino que farão parte do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada deverão formular, aprovar e implementar um plano de gestão que garanta à Secretaria de Estado de Segurança Pública e a Polícia Militar do Distrito Federal autonomia para realizar a gestão administrativa-disciplinar, em atenção ao art. 5º da Lei Distrital nº 4.751/2012. Parágrafo único. Nenhuma unidade de ensino da rede pública do Distrito Federal será obrigada a fazer parte do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada, no entanto, caso for de sua vontade participar, deverá cumprir com o disposto no caput deste artigo.

Art. 8º A criação do programa Escola de Gestão Compartilhada dependerá de lei específica.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º Esta Portaria Conjunta abrangerá apenas as quatro unidades de ensino contempladas pelo projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada.

Art. 10. As partes poderão, a qualquer momento e unilateralmente, denunciar a presente Portaria Conjunta.

Art. 11. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL PARENTE
Secretário de Estado de Educação

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Secretário de Estado de Segurança Pública

APÊNDICE E

PORTARIA CONJUNTA Nº 09, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, que prevê a transformação de Unidades Escolares específicas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal em Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL e o SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas respectivas atribuições legais e regimentais, resolvem:

CAPÍTULO I DA FINALIDADE E ESTRUTURA

Art. 1º Instituir as Escolas de Gestão Compartilhada - EGCs, entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP/DF, doravante denominados Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal, como Unidades Escolares - UEs da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, de Ensino Fundamental e Médio, por intermédio das quais ações conjuntas são realizadas, entre as Secretarias supracitadas, a fim de proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas à segurança comunitária e ao enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e o pleno exercício da cidadania.

§1º A SEEDF é responsável pela gestão administrativa e pedagógica das UEs e pelo cumprimento do Projeto Político-Pedagógico, conforme Leis de Diretrizes Educacionais.

§2º A SSP/DF é responsável pela gestão disciplinar, cabendo empregar o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF na coordenação de atividades extracurriculares e nas ações disciplinares voltadas à formação cívica, moral e ética do corpo discente, objetivando o bem-estar social.

Art. 2º Os objetivos das Escolas de Gestão Compartilhada são:

I - aumentar as taxas de aprovação dos estudantes na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal assim como no acesso a Instituições de Ensino Superior - IEs, bem como proporcionar maior inserção desses estudantes no mundo do trabalho;

II - reduzir as taxas de reprovação, abandono e evasão escolar dos estudantes na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

III - alcançar e superar as metas estabelecidas, nas Unidades Escolares, para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb;

IV - facilitar a construção de valores cívicos e patrióticos aos estudantes das unidades de ensino;

V - aumentar a disciplina e o respeito hierárquico;

VI- formar os discentes com o escopo de prepará-los para o exercício da plena cidadania, conscientes de seus deveres e direitos, em respeito às garantias previstas no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente e nos arts. 32 e 35 da Lei nº 9.394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação em âmbito nacional;

VII - obter avanços nos parâmetros de segurança pública cidadã na comunidade escolar, por meio da participação integrada da sociedade e dos órgãos públicos, como ferramenta transformadora da gestão do ensino; VII - reduzir o índice de criminalidade no âmbito escolar, bem como na região onde a escola esteja situada

Art. 3º O desenvolvimento das atividades nas Escolas de Gestão Compartilhada compreende-se por meio da Gestão Estratégica, da Gestão Pedagógica e da Gestão Disciplinar-Cidadã.

Art. 4º A Gestão Estratégica, sob responsabilidade conjunta da SEEDF e da SSP/DF, atua por meio do Comitê Gestor e é responsável por estabelecer diretrizes, realizar o monitoramento e avaliar os resultados das Escolas de Gestão Compartilhada.

§1º O Comitê Gestor é composto por dois representantes da SEEDF com lotação nas áreas finalísticas, dois representantes da SEEDF com lotação nas UEs de gestão compartilhada com a SSP/DF, dois representantes da SSP/DF, um representante da PMDF e um representante do CBM D F.

§2º O Comitê Gestor será presidido por um representante de uma das Secretarias, membro do Comitê Gestor, havendo alternância bianual na presidência entre as Secretarias. Em casos de deliberação e empate no Comitê Gestor, o voto de minerva caberá à presidência.

§3º Os representantes serão designados por atos do Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal e do Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

Art. 5º A Gestão Pedagógica é desempenhada pela SEEDF e compreende a formulação e implementação do Projeto Político-Pedagógico das UEs, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Art. 6º A Gestão Disciplinar-Cidadã, sob responsabilidade e coordenação da SSP/DF, é executada por meio da PMDF e do CBMDF e compreende ações disciplinares voltadas à formação cívica, moral e ética do corpo discente.

§1º A Gestão Disciplinar-Cidadã dos Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal deve ser executada conjuntamente por servidores da PMDF e do CBMDF, sendo o comando de cada Unidade Escolar designado pelo Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

§2º Nos Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal que tiverem o Comando da Gestão Disciplinar a cargo da PMDF, deverá haver maioria de servidores desta Corporação, aplicando-se a mesma regra para aqueles comandados por militares do CBMDF.

Art. 7º A Gestão Pedagógica e a Gestão Disciplinar-Cidadã possuem o mesmo nível de hierarquia.

§1º As Gestões Pedagógica e Disciplinar-Cidadã realizam suas atividades de maneira autônoma, independente e harmônica, conforme suas atribuições, e devem sempre buscar o apoio recíproco, em atenção ao princípio da gestão democrática do ensino público.

§2º As decisões decorrentes de cada gestão não estão condicionadas à aprovação da outra, no entanto, deverão ser levadas ao seu conhecimento, com o devido dever de consideração.

§3º Eventuais divergências ou dúvidas quanto às competências deverão ser dirimidas pelo Comitê Gestor da Gestão Estratégica.

CAPÍTULO II DAS UNIDADES ESCOLARES INTEGRANTES DO PROJETO E SUAS DENOMINAÇÕES

Art. 8º As Unidades de Ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que integram as Escolas de Gestão Compartilhada são:

- a) Centro Educacional 03 de Sobradinho;
- b) Centro Educacional 308 do Recanto das Emas;
- c) Centro Educacional 01 da Estrutural;
- d) Centro Educacional 07 da Ceilândia;
- e) Centro Educacional Condomínio Estância III de Planaltina;
- f) Centro Educacional 01 do Itapoã;
- g) Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga;
- h) Centro de Ensino Fundamental 01 do Núcleo Bandeirante;
- i) Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia.

§1º As UEs que integrarem as Escolas de Gestão Compartilhada passarão a ser denominadas de Colégio Cívico-Militar do Distrito Federal - CCMDF.

§2º Para fins administrativos, a denominação das UEs será acrescida da nomenclatura original.

CAPÍTULO III DA ADESÃO AO PROJETO

Art. 9º As UEs que desejarem aderir às Escolas de Gestão Compartilhada poderão realizar audiências públicas, de caráter consultivo.

Art. 10 As UEs que integrarem as EGCs deverão implementar, igualmente, o Projeto Político-Pedagógico e o Plano de Gestão Disciplinar-Cidadã, aprovado por portaria conjunta subscrita pelo Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal e pelo Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. §1º O Comitê Gestor da Gestão Estratégica zelarà pela implementação do Projeto Político-Pedagógico das UEs e pela aplicação do Plano de Gestão Disciplinar.

§2º O Projeto Político-Pedagógico assegura à Unidade Escolar autonomia para o desenvolvimento da Gestão Pedagógica nas UEs integrantes das EGCs.

§3º O Plano de Gestão Disciplinar assegura à PMDF e ao CBMDF autonomia para executarem a Gestão Disciplinar-Cidadã nas UEs integrantes das EGCs. Art. 11 Fica assegurado aos estudantes matriculados nas Escolas de Gestão Compartilhada o direito de transferência para outra UE da mesma região, caso não aceite as regras da gestão compartilhada.

Art. 12 Fica assegurado aos professores já lotados nas Escolas de Gestão Compartilhada o direito de transferência para outra UE da mesma região, caso não aceite as regras da gestão compartilhada.

CAPÍTULO IV DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Art. 13 As Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal serão indicadas para integrarem as Escolas de Gestão Compartilhada com base, dentre outros critérios, no Indicador de Vulnerabilidade Escolar - IVE, apresentado anualmente pelo Comitê Gestor da Gestão Estratégica, com vistas a atender critérios de vulnerabilidades sociais, índices de criminalidade, de desenvolvimento humano e da educação básica. Parágrafo único. O IVE deverá ser apresentado até o mês de novembro de cada ano, para subsidiar a escolha da (s) unidade (s) escolar (es) para o ano letivo subsequente.

CAPÍTULO V DAS ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Art. 14 As Escolas de Gestão Compartilhada, deverão obedecer às Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC,

acrescidas de atividades inerentes à cultura cívico-militar, tais como ética e cidadania, ordem unida, banda de música, musicalização, esportes e teatro, objetivando o bem-estar social, como atividades extracurriculares.

Art. 15 As atividades extracurriculares que compõem o Projeto são definidas, supervisionadas e coordenadas por policiais militares e bombeiros militares. Art. 16 Os profissionais que atuarem na Gestão Pedagógica e na Gestão Disciplinar-Cidadã devem ser submetidos a cursos de formação continuada a serem definidos conjuntamente pela Secretaria de Estado de Educação e pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, ministrados tanto por militares da PMDF e do CBMDF quanto por profissionais da educação, dadas as especificidades das diferentes áreas de atuação.

CAPÍTULO VI DO INGRESSO NAS ESCOLA DE GESTÃO COMPARTILHADA

Art. 17 O ingresso de novos estudantes nas Escolas de Gestão Compartilhada seguirá os critérios estabelecidos no documento Estratégia de Matrícula, vigente para o ano letivo, no item Etapas da Matrícula da SEEDF. Parágrafo único. Não haverá cobrança de valores para o ingresso e manutenção dos discentes nas Escolas de Gestão Compartilhada. **CAPÍTULO VII DO EMPREGO DE SERVIDORES PARA ATUAÇÃO NA GESTÃO DISCIPLINAR-CIDADÃ** Art. 18 A Secretaria de Estado de Segurança Pública pode empregar os servidores dos órgãos a ela vinculados para o desempenho das atividades de Gestão Disciplinar-Cidadã nos Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal §1º O emprego e a cessão dos militares da PMDF e da CBMDF para atuarem nos Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal devem observar os requisitos previstos em norma específica. §2º Poderão ser selecionados militares inativos das Forças Armadas e servidores inativos da Segurança Pública para desempenhar funções de monitores ou instrutores da Gestão Disciplinar-Cidadã, sob a coordenação da PMDF e da CBMDF.

CAPÍTULO VIII DA EQUIPE GESTORA

Art. 19 Os Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal são compostos pela seguinte equipe gestora:

I - Na Gestão Pedagógica-Administrativa:

- a) Diretor Pedagógico-administrativo;
- b) Vice-Diretor Pedagógico-administrativo;
- c) Supervisor Pedagógico-administrativo;
- d) Chefe de Secretaria.

II - Na Gestão Disciplinar-Cidadã:

- a) Comandante-Disciplinar;
- b) Subcomandante-Disciplinar;
- c) Supervisor Disciplinar e de atividade Cívico-Cidadã;
- d) Instrutor/Monitor.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 Poderão ser incluídas outras Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, mediante ato conjunto dos Secretários de Estado de Educação e de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. Art. 21 Revoga-se a Portaria Conjunta n^o 01, de 31 de janeiro de 2019. Art. 22 Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Secretário de Estado de Segurança Pública

JOÃO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS
Secretário de Estado de Educação Interino

14. REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, L. das G.C. A função pedagógica da coordenação de curso de graduação. *In: ISAIA, S. M. de A; BOLZAN, D. P. de V. (Orgs.) Pedagogia universitária e desenvolvimento profissional docente*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- BARBIER, R. *A escuta sensível em educação*. Cadernos ANPED, nº 05, UFMG, 1993, PP 187-216.
- BORDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus Editora, 1997.
- BRUNO, E. B. G. Tornar-se professora coordenadora pedagógica na escola pública. *In: O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*. São Paulo, 2001.
- FERNANDES, R. C. de A. Educação Continuada de Professores no espaço-tempo da coordenação pedagógica: avanços e tensões. *In: VEIGA, I. P. A. (Org.). A Escola mudou. Que mude a formação de Professores*. Campinas: Papyrus, 2010.
- _____. Coordenação de curso de graduação: das políticas públicas à gestão educacional. *Tese de Doutorado*. Universidade de Brasília. Brasília. 2012.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREITAS, L. C. *Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas*. São Paulo: Moderna, 2009.
- GADOTTI, M. *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.
- GASPARIN, J. L. *Aprender, Desaprender, Reaprender*. 2005. Texto digitalizado.
- MACHADO, C.; GANZELI, P. *Gestão educacional e materialização do direito à educação...*
- JIMENEZ, S.; QUIXADÁ VIANA, C. M. Q.; RABELO, J. *Educação pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo* (Orgs.). Fortaleza: EDUECE, 2013. P. 157-180.
- LIMA, E. S. *O Diretor e as avaliações praticadas na escola*. Brasília-DF, Ed. Kiron, 2012.
- LUKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1994
- MACHADO, C.; GANZELI, P. *Gestão educacional e materialização do direito à educação...*, 2005
- MEIRIEU, P. *A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de recomeçar*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NEVES, C. M. de C. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. *In: VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógica da escola: uma construção possível.* Campinas: Papirus, 1996.

QUIXADÁ VIANA, C. M. Q.; VEIGA, I. P. A. *Plano de Desenvolvimento e Acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico junto aos sistemas de ensino integrados ao Programa Brasil Profissionalizado.* In: SANTOS, D.;

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica.* 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, E. F. da. A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos. *In: VEIGA, I. P. A. (Org.) Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico.* Campinas: Papirus, 2007.

SILVA, T.T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIGOTSKI, L. S. *A Construção do pensamento e da linguagem.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.